



# PLANO ESTADUAL DE **POLÍTICAS** PARA AS **MULHERES**

Secretaria de  
Justiça e Direitos  
Humanos



GOVERNO DO  
**PARÁ**

[www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)

Coordenadoria de Integração  
de Políticas para Mulheres

Conselho Estadual  
dos Direitos da Mulher

## **PARÁ - AMAZÔNIA - BRASIL 2016**

### **SIMÃO ROBISON JATENE**

Governador do Estado do Pará

### **MICHELL MENDES DURANS**

Secretário de Estado de Justiça e  
Direitos Humanos

### **MARIA TAVARES DA TRINDADE**

Coordenadora de Integração de  
Políticas para Mulheres

© 2013. Secretaria de Estado de  
Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH  
Elaboração, distribuição e  
informações:

Coordenadoria de Integração de  
Políticas para Mulheres / CIPM -  
SEJUDH  
Rua 28 de Setembro, 339 - Comércio  
- CEP: 66.010-100 / Belém (Pa)  
Fone/Fax: (91) 4009.27.18 (CIPM) -  
4009.27.22 (SEJUDH)  
Email:  
coordenadoriadamulherpara@gmail.com  
michell.durans@hotmail.com

## **Edição**

Organização Geral:

Equipe CIPM/SEJUDH

Ana Cristina Marques - Terapeuta  
Ocupacional

Eleonora Mendonça - Socióloga

Joana D'Arc Figueiredo - Assistente  
Social

Jossemir Paulo Brito - Administrador

Maria Tavares da Trindade -  
Coordenadora

Marcella Rezende Veras - Assessora  
Técnica

Sonia Lima - Assessora

Telma Maria M. de Lima - Assistente  
Social

Colaboradoras:

Comissão Organizadora da V  
Conferência Estadual de Políticas  
para as Mulheres

Telma Nazaré de Sousa Pereira

Roberta Cristina Ferreira Rios

Distribuição gratuita

Tiragem: 1.000 mil exemplares

É permitida a reprodução total ou  
parcial, desde que citada a fonte.

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

### PARTE I

#### 1.1- O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

### PARTE II

#### 2.1 - PRESSUPOSTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES.

#### 2.2 - AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL PARA AS MULHERES

#### 2.3 - EIXOS ESTRATÉGICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Eixo I - Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho para Inclusão Social das Mulheres e Populações Tradicionais da Amazônia;

Eixo II - Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica;

Eixo III - Saúde das Mulheres na Amazônia: direitos sexuais e direitos reprodutivos;

Eixo IV - Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres da Cidade, do Campo, das Águas e da Floresta;

Eixo V - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão;

Eixo VI - Direito à Terra, Moradia Digna e Infra estrutura Social nos Meios Rural e Urbano, considerando as Comunidades Tradicionais;

Eixo VII - Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e não Discriminatórias;

Eixo VIII - Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia;

Eixo IX - Gestão, Monitoramento e Avaliação;

### PARTE III

#### □ ANEXOS

Anexo A - Glossário de Siglas

Anexo B - Relação de Contatos Úteis



## APRESENTAÇÃO

O Plano Estadual de Políticas para as Mulheres/ PEPM é fruto da sistematização dos resultados das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres do Estado, realizadas na capital, momento de socialização, discussão e proposições acerca de políticas públicas, nas diversas áreas, na certeza e reafirmação da importância de avançar na garantia de direitos às mulheres, em todos os 144 municípios do Estado do Pará.

As Conferências são momentos singulares, precedida de seminários/conferências municipais preparatórias à etapa estadual - essas realizadas nos municípios que compreendem as 12 (doze) regiões de integração do Estado, contemplando a diversidade das mulheres paraenses como: mulheres mistas, quilombolas, pescadoras, extrativistas, parteiras, prostitutas, domésticas, trabalhadoras rurais e urbanas, estudantes, jovens, idosas, lésbicas, negras, afro-religiosas, católicas e evangélicas.

Sob a coordenação da Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres/CIPM e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres aconteceu nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2015 com o tema: “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres, foi palco de um intenso processo democrático, refletindo o anseio de centenas de mulheres, dos diversos cantos do Estado, por políticas públicas amplas, eficientes e eficazes, considerando ainda, um cenário em que milhares delas sofrem com discriminações e diversas formas de violências, as participantes foram organizadas em 08 (oito) grupos de trabalho com a seguinte divisão: Eixo I: Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho para a inclusão social das mulheres e populações tradicionais da Amazônia; Eixo II: Educação Inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; Eixo III: Saúde das mulheres da Amazônia: direitos sexuais e reprodutivos; Eixo IV: Enfretamento de todas as formas de violência contra as mulheres das cidades, do campo e da floresta; Eixo V: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Eixo VI: Direito a terra, moradia digna e infra estrutura social nossa



meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Eixo VII: Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; Eixo VIII: Gestão, monitoramento e avaliação do Plano Estadual e políticas para as Mulheres. Dessa forma foi possível às mulheres avaliarem o Plano Estadual de Políticas e fazer as novas proposições ao Plano para os próximos 04 (quatro) anos – 2016 a 2020, quando será novamente posto à avaliação das mulheres da sociedade paraense.

De um modo geral, se avalia que em muito se avançou em nosso Estado quanto às políticas públicas para as mulheres, fortalecendo os direitos humanos das mesmas, mas ainda há um caminhar longo para que se possa galgar uma sociedade pautada nos valores da igualdade de gênero. E que isso, parte de um compromisso não apenas dos governos, em suas três esferas, e da sociedade civil organizada, mas de toda a sociedade num grande projeto de cooperação e ação em favor da igualdade de direitos e deveres para homens e mulheres. Essa política é construída pelas mãos de muitos e conta com importante apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) que vem pactuando em projetos e ações fundamentais para o avanço das políticas para as mulheres no Estado do Pará. Portanto, o desafio continua e o PEPM é uma realidade necessária e possível. Parabéns a todas às mulheres paraenses!

**MARIA TAVARES DA TRINDADE**

Coordenadora de Integração de  
Políticas para Mulheres





## PARTE I

### 1.1 - O PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A construção do PEPM foi coordenada e sistematizada pela Coordenadoria da Mulher (CIPM), seguindo as orientações da SPM/PR que lhe atribui tal prerrogativa, contando com o apoio de Conselheiras do CEDM, tudo em consonância com os princípios norteadores da Política Nacional e as diretrizes da Política Estadual, sendo baseada no modelo anterior, com ajustes a partir das propostas da V Conferência Estadual, as quais foram analisadas e inseridas no texto atual, mas dentro dos mesmos eixos estratégicos de políticas, a saber:

- Eixo I – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social;
- Eixo II – Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica e não-lesbofóbica;
- Eixo III – Saúde das Mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Eixo IV – Enfrentamento a todas as formas de violência contra as Mulheres;
- Eixo V – Participação das Mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Eixo VI – Direito à terra, moradia digna e infra estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- Eixo VII – Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
- Eixo VIII – Enfrentamento ao Racismo, sexismo e lesbofobia;
- Eixo IX – Gestão, Monitoramento e Avaliação.

Ao todo, são 09 (nove) eixos de políticas, compostos por 35 (tinta e cinco) prioridades e 253 (duzentos e cinquenta e três) ações que refletem as necessidades das mulheres do Pará. O PEPM chega, então, com muitos mais desafios, diante uma realidade complexa de um Estado que é marcado por sua amplitude territorial e uma população tão diversa.

Todavia, o Governo do Estado reafirma o compromisso de caminhar com a sociedade na defesa, proteção e promoção dos direitos das mulheres, independentemente da condição de classe, raça/etnia, orientação sexual, geração, condição de deficiência, religião e espaço geográfico. As políticas precisam chegar e alcançar todas as mulheres, nos cantos mais longínquos desse Estado, ou seja, na cidade, no campo, na floresta e nas águas. Mas para isso é preciso ainda, o apoio de todos e de todas, num cenário democrático, articulado e de corresponsabilidade e participação social.

## PARTE II

### 2.1 - PRESSUPOSTOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL PARA AS MULHERES.

O Estado do Pará, ao apresentar a 3ª versão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, ratifica os princípios da Política Nacional para as mulheres, tendo como pressuposto a compreensão de que para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, é fundamental a promoção de políticas públicas sob a perspectiva de gênero, garantindo a emancipação e autonomia social, econômica e políticas das mulheres, favorecendo a igualdade entre os gêneros. Por isso, reafirma os PRINCÍPIOS:

- **IGUALDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE** - mulheres e homens são iguais em seus direitos. Sobre estes princípios se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e a atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e considerando as experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- **EQUIDADE** - o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais buscando-se a justiça social requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.
- **AUTONOMIA DAS MULHERES** - deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.
- **LAICIDADE DO ESTADO** - as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e em diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

- UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS – as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersectorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.
- JUSTIÇA SOCIAL – implica o reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidos pela sociedade e na busca da superação da desigualdade social que atinge as mulheres de maneira significativa.
- TRANSPARÊNCIA DOS ATOS PÚBLICOS – deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.
- PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL – devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

## 2.2- AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL PARA AS MULHERES

Do mesmo modo, há de se observar as DIRETRIZES da Política Estadual, definida na III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Pará, para nortear todos os órgãos na elaboração, ampliação e implementação de políticas para as mulheres nos municípios do Estado, a saber:

- Pautar ações e políticas visando a autonomia das mulheres do meio rural e urbano; cidadania e combate à pobreza avaliando os setores econômicos do Estado; o desenvolvimento do Pará e das mulheres, criando mecanismos de geração de renda, além de qualificação profissional, ampliando horizontes.
- Combater as discriminações articulando ações que envolvam Educação, Arte, Cultura e Comunicação, assumidas pelo Estado como planejador do desenvolvimento pessoal e coletivo das mulheres com relevância à perspectiva de gênero, respeito à livre orientação sexual e direitos humanos das mulheres. Educação inclusiva e não sexista na desconstrução dos estereótipos e a construção de novos valores nas relações humanas; enfrentar o sexismo, promover a

igualdade entre homens e mulheres. Revitalizar a institucionalidade dos direitos humanos na qualidade da educação.

- Fortalecer o Sistema Único de Saúde sob a perspectiva de gênero, reaplicar ações do Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher com qualidade no atendimento à saúde das mulheres. Considerar o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, a política Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo ações específicas para as adolescentes, assim como a implementação da Lei de Notificação Compulsória – mecanismo de indicadores para subsidiar políticas para as mulheres. Especial atenção ao combate à Feminização da epidemia de HIV, prevenção das DST's e AID's.
- Pautar ações para ampliar a rede de serviços de enfrentamento à violência contra a mulher; consolidar a política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; aprofundar a implementação da Lei Maria da Penha; combater a exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres; promover os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; fortalecer os direitos humanos das mulheres em situação de prisão, ações a serem implementadas por meio da implantação de Centros de Referência para atendimento à mulher em situação de violência.
- Fortalecer a gestão articulada entre as esferas de governo para implementação de políticas públicas para as mulheres com o fortalecimento da CIPM, e incentivo à criação de organismos de políticas para as mulheres nos municípios e, principalmente, garantir a infraestrutura necessária para o pleno funcionamento do CEDM, a fim de desenvolver ações com objetivo de ampliar o número de conselhos nos municípios, consolidando, assim o exercício do controle social e contribuindo na construção de políticas para as mulheres no Estado.
- O CEDM acompanhará as atividades do Governo do Estado a que venham fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e de decisão para o fortalecimento da sociedade e em respeito aos direitos humanos das mulheres.

**EIXO I - AUTONOMIA ECONÔMICA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO PARA INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES E POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA**

OBJETIVO GERAL: Promover a autonomia econômica, social e financeira das mulheres, respeitando as diferenças étnico-raciais, geracionais, regionais, condição de deficiência e orientação sexual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

I. Promover a igualdade de gênero, mediante desenvolvimento de políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho e contribuindo para a superação da atual divisão sexual do trabalho;

II. Promover políticas para inclusão das mulheres, baseadas nos princípios do desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, defendendo a agricultura familiar e valorizando a economia solidária;

III. Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas previstos no Artigo 7º da Constituição Federal concedidos às trabalhadoras em geral;

IV. Promover a valorização e o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado (“donas de casa”);

V. Promover a organização produtiva das mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas, rurais, ribeirinhas e nas florestas;

VI. Garantir a construção e a manutenção de creches públicas nas zonas urbanas e rurais, para atender crianças de mães inseridas no mercado de trabalho formal e informal, contribuindo para a inserção e a permanência das mulheres no processo produtivo e de manutenção de suas famílias;

VII. Promover a valorização e reconhecimento do trabalho das Parteiras Tradicionais.

PRIORIDADE 1.1 - AMPLIAR O ACESSO DAS MULHERES AO MERCADO DE TRABALHO

<b>AÇÃO</b>	<b>ORGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Adotar medidas que garantam o acesso de crianças de 0 a 06 de idade à creche ou pré-escola na rede pública municipal, favorecendo o acesso e a permanência de mulheres no mercado de trabalho.	SEDUC	Medidas para garantir o acesso de crianças de 0 a 06 em creches ou pré-escolas adotadas.	Secretarias Municipais de Educação SEASTER
Promover campanhas para o ingresso das mulheres na rede de ensino, elevando a escolaridade das mesmas, nas áreas rurais, urbanas e ribeirinhas para melhor e maior inserção no mercado de trabalho.	SEDUC	Campanhas para o ingresso e elevação de escolarização das mulheres nas áreas rurais, urbanas e ribeirinhas promovidas.	CIPM / SEJUDH CEDM Movimentos Sociais SEASTER
Manter a média nacional de, no mínimo 50%, de participação das mulheres no total de trabalhadores/as capacitados/as e qualificados/as atendidos/as pelo PlanTeQ/PA e nos convênios do MTE com entidades que desenvolvam formação social e profissional.	SEASTER	Média nacional para elevação do nível de capacitação técnica das mulheres para inserção no mercado de trabalho mantida.	MTE Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Garantir que o PlanTeq torne-se política pública de Estado, com ampliação para os municípios dentro de suas vocações e demandas.	SEASTER	PlanTeq enquanto política de Estado garantido.	MTE Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Criar e manter Banco de Dados que indiquem as demandas às mulheres para o mercado de trabalho, investindo permanentemente na (re) qualificação de mão-de-obra e as inserindo ao mesmo.	SEASTER / CASA DO TRABA- LHADOR	Banco de Dados criado	SINE
Estimular nos municípios a criação de Centros de Formação Profissionalizante destinados às mulheres, em suas variadas atividades e realidades, favorecendo a política de inclusão produtiva.	SEASTER	Centros de Formação Profissionalizante destinados às mulheres, estimulados.	Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Garantir às mulheres jovens a cota de 30% nas vagas dos projetos voltados para a promoção de trabalho e renda, implementados pelos governos nas três esferas.	SEASTER	Cota de 30% para a promoção de trabalho e renda às mulheres jovens garantida.	MTE Secretarias Municipais de Trabalho e Renda

Garantir informação e o acesso acerca de políticas voltadas para as mulheres quilombolas, ribeirinhas e pescadoras para que possam desenvolver trabalhos artesanais, com subsídios em suas atividades.	SEASTER	Informação e o acesso acerca de políticas voltadas para as mulheres quilombolas, ribeirinhas e pescadoras, garantidas.	SEASTER SEDAP EMATER SEMAS Secretarias Municipais e de Estado
Fortalecer programas que garantam o acesso da mulher à documentação civil, inclusive da trabalhadora rural, a partir de uma maior acessibilidade.	SEGUP	Programas para acesso à documentações civil fortalecidos.	CIPM/ SEJUDH MP MTE/SRTE Cartórios
Promover campanhas permanentes de combate a qualquer tipo de discriminação à mulher no mercado de trabalho.	SEASTER	Campanhas realizadas.	CIPM/CEDM / SEJUDH FUNTELPA SECOM
Criação de casas de artesanatos nas comunidades Polos e em áreas, projetos de trabalhos de autonomia econômica para as mulheres de artes artesanais e outras para desenvolver a cultura na cidade em todos os municípios assim como, incentivar a associação de cooperativas de artesanato local, ONGs e terceiro setor.	SEASTER	Casas criadas	Secretarias Municipais e de Estado

PRIORIDADE 1.2 - PROMOVER A AUTONOMIA ECONÔMICA E FINANCEIRA DAS MULHERES POR MEIO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DO ACESSO AO CRÉDITO E DO APOIO AO EMPREENDEDORISMO, ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E COMÉRCIO

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir o acesso a linhas de créditos especiais, notadamente ao PRONAF Mulher, visando a autonomia econômica às trabalhadoras rurais e urbanas.	SEASTER	Acesso a linhas de créditos especiais garantidos. .	MDA/AEGRE EMATER SEDAP BASA BB
Assegurar assistência técnica para mulheres das águas, das florestas e remanescentes de quilombos, trabalhadoras da agricultura familiar, do extrativismo, da aqüicultura e agropecuária.	EMATER	Assistência técnica para mulheres trabalhadoras asseguradas.	MDA/ATER SEDAP ADEPARÁ IDEFLOR-BIO

Incentivar a economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda para as mulheres na perspectiva da sustentabilidade rural e urbana, fomentando o empreendedorismo por meio do cooperativismo e associativismo com ATER.	SEASTER	Economia solidária incentivada.	INCRA / ATES SEBRAE SEDAP SEMAS IDEFLOR
Garantir a implementação de programas e projetos de geração de emprego e renda já existentes, ampliando para os municípios, valorizando à mão-de-obra feminina.	SEASTER	Implementação de programas e projetos de geração de emprego e renda garantida.	MTE Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Incentivar a criação de grupos de mulheres ao empreendedorismo, por meio de cooperativas e associativismo, garantindo acesso a financiamentos e apoio técnico à produção e comercialização com apoio de bancos populares para fomentar projetos.	SEASTER	Criação de grupos de mulheres ao empreendedorismo incentivado.	INCRA / ATES Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Criar espaços permanentes nos municípios para a realização de feiras e outros eventos, visando a comercialização da produção realizada pelas mulheres das zonas rurais e urbanas.	SEDAP	Espaços e eventos criados.	SEASTER SEDAP SECULT
Implementar e fortalecer Programas e ações de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda, e auto sustentação que ofereçam capacitação e aprimoramento técnico e gerencial, inclusive em atividades não tradicionais e no uso de novas tecnologias, destinados às mulheres de comunidades quilombolas e indígenas.	SEASTER	Programas implementados e fortalecidos	SEBRAE SEDAP SEMAS IDEFLOR-BIO Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda
Implementar política de fomento a economia solidária, com criação de um sistema de fundos estaduais e municipais, específicos para empreendedores solidários, incluindo cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos.	SEASTER	Política de fomento implementada	SEBRAE SEDAP SEMAS IDEFLOR-BIO Secretarias Municipais de Trabalho, Emprego e Renda



PRIORIDADE 1.3 - GARANTIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS DIREITOS TRABALHISTAS DA MULHER, PROMOVENDO A IGUALDADE DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Apoiar ações para a ratificação, pelo governo brasileiro, da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que versa sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.	CIPM / SEJUDH	Ações para a ratificação da Convenção 156 da OIT apoiadas.	CEDM MTE/SRTE SEASTER PGE
Criar um marco legal para o reconhecimento das parteiras tradicionais, garantindo o exercício de todos os direitos trabalhistas, concedidos às trabalhadoras em geral.	ALEPA	Marco legal para reconhecimento das parteiras tradicionais criado.	CIPM / SEJUDH Casa Civil CEDM SESPA
Incentivar o cumprimento da legislação como forma de promoção e valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, com fiscalização das condições do trabalho remunerado.	CIPM	Cumprimento da legislação incentivado.	MTE / SRTE Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
Criar um marco legal de garantia de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado para o exercício de todos os direitos trabalhistas, concedidos às trabalhadoras em geral.	ALEPA	Marco legal para reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado criado.	CIPM/ SEJUDH Casa Civil CEDM
Realizar palestras ou outra atividade que vise à socialização de informações sobre os direitos das mulheres no mercado de trabalho, as empoderando.	CIPM/ SEJUDH	Palestras e outra atividade realizadas	SEASTER SINE DIEESE CEDM
Contribuir para a garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas com apoio à ratificação da Convenção 189 da OIT, segundo o Art. 7º da CLT e dispositivos da Constituição Federal.	SEASTER	Direitos das trabalhadoras domésticas garantidos.	MTE Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
Contribuir para a divulgação da Lei No. 1470/2011, de 16 de outubro de 2011, sobre a aposentadoria para as “donas de casa”.	CIPM / SEJUDH	Lei No. 1.470 divulgada.	SEASTER

## **EIXO II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NÃO SEXISTA, NÃO RACISTA, NÃO HOMOFÓBICA E NÃO LESBOFÓBICA**

OBJETIVO GERAL: Consolidar na política educacional do Estado as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e condição de deficiência, com respeito à diversidade em todas as suas expressões, enfrentando todas as formas de preconceito e discriminação, de modo a garantir uma educação igualitária por meio da formação de gestoras (es) profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino.

### OBJETIVOS

I - Possibilitar a redução do analfabetismo feminino, focando especialmente nas mulheres negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas;

II - Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo, das águas, das florestas e em situação de cárcere);

III - Promover a formação continuada de gestores/as e servidores/as dos sistemas educacionais de ensino, em todos os níveis, com ênfase em temas como equidade de gênero, violência contra as mulheres, direitos humanos e a valorização das diversidades étnico-raciais;

IV - Promover a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico, para maior inserção no mercado de trabalho;

V- Potencializar ações nos espaços educacionais que contribuam na eliminação de conteúdos sexistas e discriminatórios, promovendo a redução da violência de gênero e promovendo os direitos humanos das mulheres e meninas;

VI- Consolidar a política da Educação da Alternância de modo a garantir a participação das mulheres do campo, das águas e das florestas.

## PRIORIDADES

2.1. PROMOVER MEDIDAS EDUCACIONAIS, NOS SISTEMAS DE ENSINO PÚBLICO, DE ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES, CONSIDERANDO AS DIMENSÕES GÊNERO, RAÇA/ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL, GERACIONAL E DE CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a instalação e o funcionamento das ouvidorias nas escolas.	SEDUC	Ouvidorias escolares instaladas e funcionamento.	Secretarias Municipais de Educação
Criar na SEDUC a Coordenação de gênero e de orientação sexual com a função de promover e monitorar ações educacionais e observar materiais didáticos para o debate e a reflexão entre docentes e discentes acerca de assuntos ligados aos direitos humanos, gênero e violência, direitos sexuais e reprodutivos, orientação sexual, raça/etnia, diversidades culturais e outros afins.	SEDUC	Coordenação de gênero e orientação sexual criada.	CIPM / SEJUDH Movimentos Sociais Secretarias Municipais de Educação
Promover a formação continuada de gestores/as e profissionais de educação sobre relações de gênero, violências e orientação sexual, considerando as questões étnico-raciais, geracionais e situação de deficiência.	SEDUC	Formação continuada de servidores públicos promovida.	CIPM / SEJUDH CEDM
Incluir no currículo dos cursos de graduação de licenciaturas e no escolar conteúdos transversais ou disciplinas como: relações étnico-raciais, orientação sexual, direitos humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente, gênero e violência contra a mulher, violência sexual e diversidade cultural.	SEDUC UEPA	Inclusão nos currículos de temas transversais ou disciplinas relacionadas como: orientação sexual, direitos humanos, gênero, violência sexual e diversidade cultural.	Conselho Estadual de Educação CIPM / SEJUDH Secretarias Municipais de Educação
Promover concurso público e a formação acadêmica de profissionais em áreas específicas para atuar na educação inclusiva com qualidade e o bom funcionamento dos espaços de recursos multifuncionais.	SEDUC	Concurso público e formação acadêmicas promovidas.	Casa Civil ALEPA Câmaras Municipais Secretarias Municipais de Educação

Elaborar materiais didáticos e capacitação para educadores com temas relacionados a direitos sexuais, direitos reprodutivos de adolescentes e jovens, mulheres, prevenção as DST'S, HIV, AIDS, drogas lícitas e ilícitas, gênero, raça etnia e direitos humanos.	SEDUC	Materiais didáticos elaborados.	CIPM / SEJUDH Movimentos Sociais Secretarias Municipais de Educação
Apoiar as instituições de nível superior do estado nas pesquisas sobre inserção das mulheres na gestão pública	UFPA UEPA	Instituições apoiadas	CIPM / SEJUDH Movimentos Sociais
Implantação dos núcleos de discursão de gênero em todas as secretarias estaduais e municipais.	SEDUC	Núcleos implantados	CIPM / SEJUDH Movimentos Sociais Secretarias Municipais de Educação

## 2.2. PROMOVER AÇÕES PARA GARANTIA DA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA COM RESPEITO À CONDIÇÃO GERACIONAL, DE DEFICIÊNCIA, ÀS DIVERSIDADES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E RELIGIOSA

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Implementar oficinas e palestras sobre gênero e diversidade nas escolas do projeto Portas Abertas e nas escolas do “Mais educação Pará”.	SEDUC	Garantida a capacitação em 50% das escolas com projetos da SEDUC na questão da diversidade de gênero.	CPDM / SEJUDH Comunidades Afro-Religiosas
Garantir a formação profissional e inclusão do estudo da história da África nos currículos escolares (Lei nº 10.639/), além da abordagem sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei 8.069/90 e a Legislação da Educação Especial - Le No. 7.853/89.	SEDUC	Formação profissional garantida com temas específicos	EGPA UEPA UFPa. Secretarias Municipais de Educação
Realizar ações socioeducativas que promovam reflexões acerca de temas como aspectos biopsicossociais do envelhecimento, relações e violência de gênero, direitos humanos e das mulheres, questões étnico-raciais, orientação sexual com respeito às diversidades e questões religiosas.	SEDUC	Ações socioeducativas realizadas.	Secretarias Municipais de Educação IES (públicas e privadas) CPDM / SEJUDH Movimentos Sociais Comunidades Afro-Religiosas

Garantir a produção e a difusão de conhecimentos sobre gênero, orientação sexual, raça/etnia, direitos humanos, em todos os níveis de ensino, bem como formar profissionais da educação básica nessas temáticas, incentivando a elaboração de material didático sobre a temática.	SEDUC	Produção e a difusão de conhecimentos sobre gênero, orientação sexual, raça/etnia, direitos humanos, garantida.	CIPM/ SEJUDH CEDM Secretarias Municipais de Educação
Elaborar a produção didática e paradidática para as mulheres deficientes	SEDUC	Material didático elaborado.	CIPM/ SEJUDH CEDM UEPA UFPa. Secretarias Municipais de Educação

### 2.3. GARANTIR APOIO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES FORMATIVAS E INFORMATIVAS QUE PROMOVAM A EDUCAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES PROSTITUTAS

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a realização de seminários, oficinas, intercâmbios e capacitações para fortalecimento de lideranças do segmento e para a desconstrução de preconceitos estabelecidos contra as pessoas que exercem a ocupação de Prostituição.	CIPM	Garantida a realização de eventos para fortalecimento de lideranças do segmento e para a desconstrução de preconceitos em relação às mulheres prostitutas.	SEDUC Movimentos Sociais CEDM GEMPAC

### 2.4. PROMOVER UM SISTEMA EDUCACIONAL NÃO DISCRIMINATÓRIO E NÃO SEXISTA, QUE ESTIMULE A PERMANÊNCIA DAS MULHERES JOVENS, ADULTAS E IDOSAS NO SISTEMA EDUCACIONAL E MERCADO DE TRABALHO

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Potencializar o acesso e o número de vagas à educação infantil e creches com atendimento noturno, favorecendo mulheres chefes de família, no âmbito rural e urbano.	SEDUC	Acesso e número de vagas à educação infantil e creches potencializadas.	Secretarias Municipais de Educação
Estimular a construção e manutenção de creches na área rural / ribeirinha / floresta.	SEDUC	Construção e manutenção de creches estimuladas.	Secretarias Municipais de Educação

Promover campanhas para o ingresso e a permanência de mães adolescentes nas escolas, através de um trabalho em rede interinstitucional para a promoção da qualidade de vida.	SEASTER	Campanhas para o ingresso e a permanência de mães adolescentes nas escolas promovidas.	SEDUC SESPA
Assegurar o acesso a programas de educação e capacitação para o mercado de trabalho para as mulheres em situação de prisão.	SUSIPE	Acesso a programas de educação e capacitação às mulheres em situação de prisão.	SEDUC SEASTER
Garantir programa de qualificação de nível superior e demais títulos de graduação específica para mulheres do campo, da floresta e das águas e comunidades tradicionais.	MEC UEPA UFPA	Qualificação de nível superior garantido	SEDUC CIPM/ SEJUDH  CEDM/ SEJUDH

## 2.5. GARANTIR O ACESSO À EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES INDÍGENAS, COM RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL E IGUALDADE DE CONDIÇÕES

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir intérpretes indígenas dos idiomas das etnias usuárias dos serviços DSEI's e CASAI's.	FUNAI	Intérpretes indígenas garantidos.	MEC SEDUC
Capacitar as mulheres indígenas para gestão de suas associações e elaboração de projetos de inclusão digital e tecnológica.	FUNAI	Mulheres indígenas capacitadas.	MEC SEDUC
Favorece atividades na rede de ensino para valorizar e proteger os conhecimentos tradicionais e os direitos intelectuais dos povos indígenas.	SEDUC	Conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais dos povos indígenas valorizados e protegidos.	FUNAI Secretarias Municipais de Educação
Acesso à educação do ensino médio para mulheres do campo, floresta e das águas, no baixo amazonas e nos demais municípios.	SEDUC	Educação de ensino médio acessada	MEC SEDUC

2.6. PROMOVER A ALFABETIZAÇÃO E AMPLIAR A OFERTA DE ENSINO FORMAL FUNDAMENTAL E MÉDIO, BEM COMO, CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR PARA MULHERES JOVENS, ADULTAS E IDOSAS

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Potencializar projeto de alfabetização de mulheres, estabelecendo metas para erradicação do analfabetismo.	SEDUC	Projeto potencializado de alfabetização para mulheres.	MEC Secretarias Municipais de Educação
Garantir a educação de jovens e adultos diuturnamente.	SEDUC	Oferta de cursos EJA e MOVA diuturnamente.	MEC Secretarias Municipais de Educação
Assegurar a participação da mulher do campo em programas de educação de jovens e adultos.	SEDUC	Oferta de programa de EJA e MOVA para as mulheres da zona rural.	Secretarias Municipais de Educação
Estimular a oferta de cursos profissionalizantes às mulheres na rede de ensino estadual e municipais.	SEDUC	Aumento da oferta de cursos profissionalizantes para as mulheres.	Secretarias Municipais de Educação
Ampliar programas de erradicação do analfabetismo para as mulheres nas áreas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadoras, catadoras.	SEDUC	Programas de erradicação do analfabetismo ampliados.	Secretarias Municipais de Educação
Garantir mecanismos de incentivo a educação da mulher, com a criação da bolsa escola mulher.	SEDUC	Mecanismos de incentivo a educação garantidos	MEC Secretarias Municipais de Educação

2.7. PROMOVER AÇÕES QUE FAVOREÇAM A EDUCAÇÃO NO CAMPO, AS DIVULGANDO

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a realização de capacitação de profissionais da educação no Projeto da Pedagogia da Alternância.	ARCAFAR - Pa	Capacitação de profissionais garantida.	SEDUC Conselho Estadual de Educação

Potencializar o modelo de educação das Casas Familiares, através da Pedagogia da Alternância, promovendo educação, formação e profissionalização alternativa, eficaz e concreta apropriada à realidade do campo.	SEDUC	Modelo de educação das Casas-Familiares, através da Pedagogia da Alternância, potencializado.	ARCAFAR - Pa Secretarias Municipais de Educação
Incluir a Pedagogia da Alternância no desenho curricular de todos os níveis escolares.	Conselho Estadual de Educação	Pedagogia da Alternância incluída nos currículos.	MEC SEDUC Secretarias Municipais de Educação
Incentivar a criação e garantir o funcionamento das Casas Familiar Rural, coma formação técnica e gerencial às mulheres jovens ribeirinhas/pescadoras, quilombolas, extrativistas e de comunidades tradicionais.	ARCAFAR - Pa	Casas funcionando.	MEC SEDUC SEDAP EMATER
Implantação do programa de educação rural para mulheres do campo, florestas e das águas, comunidades tradicionais em todos os municípios.	SEDUC	Programas de educação rural para mulheres do campo	MEC SEDUC
Criar programas de educação Superior específicos para as mulheres do campo da floresta e das águas e comunidades tradicionais.	UFPA UEPA	Programas de educação Superior criados.	MEC SEDUC Secretarias Municipais de Educação

### **EIXO III - SAÚDE DAS MULHERES DA AMAZONIA: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS**

**OBJETIVO GERAL:** Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres da cidade, do campo, da floresta, das águas, em todas as fases do seu ciclo vital, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos, e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde integral em todo o território paraense, sem discriminação de qualquer espécie e resguardando-se as identidades e especificidades de gênero, raça/etnia, geração, pessoa com deficiência e orientação sexual.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

I. Promover a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais: quilombolas, pescadoras, extrativistas, indígenas, negras, mulheres da floresta e das águas, sem discriminação de qualquer espécie;



III. Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina, especialmente por causas evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, como quilombolas, pescadoras, indígenas, negras, mulheres da floresta e das águas, sem discriminação de qualquer espécie;

III. Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS);

IV. Contribuir para a valorização dos saberes populares, da medicina alternativa e das parteiras tradicionais.

## PRIORIDADES

3.1. ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS MULHERES, POR MEIO DO ENFRENTAMENTO ÀS DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS, COM ATENÇÃO ÀS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS, GERACIONAIS, REGIONAIS, DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a implementação da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com respeito aos direitos sexuais e reprodutivos (assistência em planejamento familiar / insumos / contracepção de emergência), atenção à população feminina adolescente, atenção obstétrica e neonatal, assistência ao abortamento, acompanhamento ao climatério (reposição hormonal), tudo em condições segura, qualificada e humanizada.	SESPA	Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos de Saúde
Sensibilizar gestores municipais para implantação nas unidades municipais de saúde e nos PSFs, a Atenção Integral à saúde das mulheres no climatério.	SESPA	Gestores sensibilizados para a Atenção Integral à Saúde da Mulher no Climatério	CIPM/ SEJUDH CEDM Conselhos de Saúde Secretarias Municipais de Saúde

Estimular a criação de referências técnicas em municípios pólos para garantir atenção integral à saúde das mulheres no climatério.	SESPA	Criação de Referências Técnicas nos municípios pólos estimuladas.	MS Secretarias Municipais de Saúde CIPM/ SEJUDH CEDM Conselhos de Saúde
Qualificar profissionais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual, incluindo hospitais regionais, unidades municipais de saúde e PSF.	SESPA	Profissionais qualificados para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual.	Secretarias Municipais de Saúde
Equipar espaços: hospitais regionais e unidades de saúde para o atendimento à mulher em situação de violência doméstica e sexual.	SESPA	Espaços equipados para o atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e sexual e implantada a Ficha de Notificação Compulsória.	Secretarias Municipais de Saúde MS
Implantar e Implementar a Ficha de Notificação Compulsória nos serviços de saúde públicos e privados.	SESPA	Ficha de Notificação Compulsória implantada e implementada nos serviços de saúde.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos de Classe de Profissionais da área da saúde CIPM/ SEJUDH
Garantir a contracepção de emergência nos serviços de saúde às mulheres em situação de violência sexual, em todas as unidades de saúde, garantindo acesso e informações corretas quanto a utilização.	SESPA	Contracepção de emergência nos serviços de saúde garantida.	Secretarias Municipais de Saúde Hospitais privados Conselhos de Saúde
Garantir atendimento especializado e prioritário nos serviços de saúde às mulheres em situação de Violência Doméstica e Sexual.	Secretarias Municipais de Saúde Fundação Pro Paz	Atendimento especializado e prioritário garantidos.	SESPA

Promover a atenção à política de saúde da mulher negra, fortalecendo a interlocução dos órgãos gestores da política com os movimentos e entidades do segmento.	SESPA	Atenção à política de saúde da mulher negra promovida.	Movimentos sociais Afro-descendentes Conselhos de Saúde
Promover a atenção à saúde das mulheres indígenas, das lésbicas, bissexuais e transexuais em todas as fases da vida.	SESPA	Atenção à saúde das mulheres indígenas, das lésbicas, bissexuais e transexuais promovida.	Movimentos GLBT Conselhos de Saúde
Ampliação e garantia de serviços nos hospitais para atendimento aos casos de violência sexual de mulheres e adolescentes, seguindo as normas técnicas do MS, com o preenchimento da Notificação Compulsória, respeito ao pleno direito de decisão, escolha das mulheres, consolidando uma rede de atendimento à saúde integral da mulher, enfatizando os direitos sexuais e reprodutivos, pílula do dia seguinte, programa Aborto Legal.	SESPA	Serviços garantidos	Secretarias Municipais de Saúde Hospitais privados Conselhos de Saúde
Garantir formação continuada para as parteiras tradicionais.	SESPA	Formação garantida	UEPA MS UFPA Secretarias de Saúde Municipal Movimento de Mulheres
Efetivar a nível estadual e municipal o Programa de Atenção a Saúde Integral da Mulher (grávidas, de religião de matriz africana, quilombolas, prostitutas, lésbicas, indígenas, deficientes, obesas, negras, privadas de liberdade, idosas e jovens), do campo, floresta, urbanas, ribeirinhas entre outras, que garanta o pleno direito a das suas escolhas, consolidando a Rede de Atendimento, por meio do pleno acesso ao atendimento profissional qualificado e humanizado.	SESPA	Programa efetivado.	UEPA MS UFPA Secretarias de Saúde Municipal Movimento de Mulheres

Criação do Hospital Público da Mulher, com tratamento com eficiência na marcação de exames especializados, para não prejudicar recuperação dessa mulher, e que atenda os Municípios polos do Pará, também neste acompanhamento das grávidas, obesas, negras e mulheres com deficiência de maneira humanizada.	SESPA	Hospital criado.	SEPLAN SEDOP MS Secretarias de Saúde Municipal
Ampliação e garantia de serviços nos hospitais de atendimento à violência sexual de mulheres e adolescentes, seguindo normas técnicas do MS, com o preenchimento da Notificação e também garantirem as mulheres o pleno direito das suas decisões/escolhas, consolidando uma rede de atendimento a saúde da mulher, com unidades de saúde específica garantindo os direitos sexuais e reprodutivos, com acesso aos métodos contraceptivos, pílula do dia seguinte, programa do aborto legal, laqueadura e outros procedimentos.	SESPA	Serviços nos hospitais ampliados.	MS Secretarias de Saúde Municipal
Implantação de uma caravana com garantia de acompanhamento permanente para realização de diversos exames de saúde voltados para a zona rural com atendimento as famílias do campo, água e da floresta, povos tradicionais e comunidades de matriz africana e quilombolas.	SESPA	Caravanas implantadas	MS Secretarias de Saúde Municipal

### 3.2. ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO ÀS MULHERES, JOVENS E ADOLESCENTES COM QUEIXAS GINECOLÓGICAS.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Elaborar material instrucional de referência para atualização de profissionais da saúde com base no manual da atenção às queixas ginecológicas.	SEDUC	Material instrucional de referência elaborado.	Secretarias Municipais de Saúde
Aumentar o número de exames citopatológicos entre a população feminina de 25 a 59 anos de idade e garantir acesso aos resultados em tempo hábil.	SESPA/ LACEM	Número de exames citopatológicos aumentados.	Secretarias Municipais de Saúde

Garantir a distribuição de medicamentos referentes às doenças ginecológicas.	Secretarias Municipais de Saúde	Garantida a distribuição dos medicamentos	SESPA
Ampliar o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) para todos os municípios do Estado	Secretarias Municipais de Saúde	Garantia de Atendimento Especializado ao Adolescente	SESPA
Ampliar o Programa Saúde do (a) Adolescente (PROSAD) para todos os municípios do Estado.	Secretarias Municipais de Saúde	PROSAD ampliado nos municípios do Estado.	SESPA Conselho de Saúde
Estimular e garantir a inserção das mulheres nas propagandas e campanhas educativas tais como: a implementação do Plano Feminização da AIDS, com participação da sociedade civil, DST, câncer de mama, colo de útero, com expansão do exame de PCCU, mamografia e total cobertura de vacinação, como também profissionais ginecologista e mastologista.	SESPA		CIPM/ SEJUDH  CEDM/ SEJUDH  SECOM

### 3.3. ESTIMULAR A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA EM PLANEJAMENTO FAMILIAR, PARA HOMENS E MULHERES, ADULTOS, JOVENS E ADOLESCENTES, NO ÂMBITO DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Estimular a elaboração de propostas municipais de atualização profissional para atenção ao planejamento reprodutivo, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos e contemplando a especificidade de jovens e adolescentes.	Secretarias Municipais de Saúde	Propostas de atualização profissional elaboradas.	SESPA
Adquirir e distribuir métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo os anticoncepcionais de emergências.	Secretarias Municipais de Saúde	Métodos contraceptivos adquiridos e distribuídos.	SESPA
Garantir acesso maior às cirurgias de laqueadura e vasectomia, realizadas pelo SUS, aos casais que desejarem o controle de natalidade.	MS	Garantia de cirurgias de vasectomias.	SESPA Secretarias Municipais de Saúde

Garantir e ampliar o atendimento obstétrico qualificado e humanizado, incluindo a atenção ao abortamento legal.	SESPA	Atendimento garantido e ampliado com qualidade no atendimento obstétrico.	Secretarias Municipais de Saúde
Descentralizar e implantar o Programa Aborto Legal para as regiões do Estado, principalmente nos hospitais regionais, com atenção às mulheres com HIV, sofrimento psíquico, presidiárias e outras especificidades.	SESPA	Programa Aborto Legal descentralizado.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos de Saúde CEDM
Melhorar a assistência à gestação, ao parto e puerpério, reduzindo o número de cesárias e promovendo o acesso universal ao parto natural e humanizado.	Secretarias Municipais de Saúde	Assistência à gestação, ao parto e puerpério melhorada.	SESPA
Ampliar e/ou Implantar Programa Federal, Estadual e Municipal para garantir acesso à contracepção sexual, com implementação da Lei do Planejamento Familiar (incluindo cirurgia como vasectomia).	SESPA	Acesso a contracepção ampliado.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos de Saúde CEDM

### 3.4. REDUZIR A MORBIDADE E MORTALIDADE FEMININA NO PARÁ POR CÂNCER CÉRVICO-UTERINO, POR CÂNCER DE MAMA, PELO VÍRUS HIV/AIDS E POR MORTE MATERNA EM TODAS AS FASES DO CICLO DE VIDA DA MULHER, E NOS DIVERSOS GRUPOS POPULACIONAIS SEM DISCRIMINAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Distribuir preservativos femininos e masculinos em 100% dos serviços de saúde, garantindo direitos sexuais e reprodutivos saudáveis / seguros e adequados às peculiaridades.	Secretarias Municipais de Saúde	Preservativos distribuídos nos serviços de saúde.	SESPA
Promover a adesão dos municípios ao Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da AIDS e outras DST's, o efetivando e fomentando ações preventivas e de controle dessas infecções na população feminina, com garantia de leitos para a mesma.	SESPA	Adesão e efetivação ao Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da AIDS e outras DST's promovida.	Secretarias Municipais de Saúde CIPM / SEJUDH

Garantir a notificação de casos de morbimortalidade materna.	Secretarias Municipais de Saúde	Notificação de casos de morbimortalidade materna garantida.	SESPA
Garantir o acesso às informações sobre a morbimortalidade feminina, mediante aparato tecnológico que assegure alimentar todos os sistemas de informações (SISCOLO, SISMAMA, SIM, etc.).	SESPA	Acesso às informações sobre a morbimortalidade feminina garantida.	MS Secretarias Municipais de Saúde PRODEPA
Sensibilizar gestores (as) municipais para a utilização/seguimento do SISCOLO como instrumento gerencial.	SESPA	Utilização do SISCOLO efetivada	Secretarias Municipais de Saúde PRODEPA
Reduzir taxas de morbimortalidade por câncer cérvico uterino e a mortalidade por câncer de mama na população feminina, organizando a rede de referência e contra referência em todo o Estado para o diagnóstico e o tratamento hábil.	SESPA	Taxas reduzidas de morbimortalidade de mulheres por câncer cérvico uterino e mortalidade por câncer de mama.	Secretarias Municipais de Saúde Hospital Barros Barreto Fundação Santa Casa do Pará Ofir Loyola INC CAF's (Ananindeua, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá, Santarém, Altamira e Breves)
Incentivar a criação de Comitês de Mortalidade Materno-Infantil nos municípios, fortalecendo e monitorando os já existentes.	Conselho Estadual de Saúde	Criação de Comitês de Mortalidade Materno-Infantil incentivada.	SESPA Conselhos Municipais de Saúde
Garantir que seja ofertado em cada município, curso gratuito preparatório para parteiras, subsidiado pelas três esferas governamentais e que tenham apoio de seu trabalho no trato do parto natural.	SESPA	Cursos garantidos.	Secretarias de Saúde municipais Conselhos Municipais de Saúde

Garantir formação continuada para parteiras tradicionais.	SESPA	Formação continuada garantida.	UFPA UEPA Secretarias de Saúde municipais Conselhos Municipais de Saúde
---	-------	--------------------------------	--

### 3.5. PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DAS MULHERES SEGUNDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO, CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES ÉTNICO-RACIAIS, ORIENTAÇÃO SEXUAL, CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA E GERACIONAL.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Qualificar profissionais para o atendimento nos serviços de atenção à saúde mental, na perspectiva de gênero.	SESPA Secretarias Municipais de Saúde	Profissionais qualificados.	Secretarias Municipais de Saúde
Potencializar nos municípios a implantação e a implementação de serviços de atenção à saúde mental (CAP's e CAP's AD) às mulheres em todas as gerações, melhorando a política de saúde mental no Estado.	SESPA	Serviços de atenção à saúde mental implantados e implementados.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos de Saúde
Criar projetos sociais e de geração de emprego/renda, em parcerias com outros setores governamentais e não governamentais, para as mulheres com sofrimento psíquico.	SESPA	Projetos sociais e de geração de emprego e renda criados.	SEASTER SEEIPS VALE ALBRÁS ALUNORTE Consórcio Belo Monte



### 3.6. AMPLIAR A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE, CONTEMPLANDO OS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES E O FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir financiamento diferenciado para as ações em relação à saúde da mulher da Amazônia, com o Programa de Melhoria e Acesso a Qualidade / PMAQ no Estado, visando maior financiamento para as ações de atenção básica e planificação da atenção primária, através das regiões da saúde.	SESPA	Financiamento diferenciado para ações da saúde da mulher garantido.	MS Secretarias Municipais de Saúde
Estabelecer uma política de Estado no campo da formação e interiorização de recursos humanos, estimulando os profissionais formados na areada saúde, em universidades públicas, a desenvolverem suas atividades nos municípios das regiões locais.	UEPA	Política de Estado no campo da formação e interiorização de recursos humanos estabelecida.	SESPA
Potencializar nas universidades públicas do Estado incentivo e inclusão em atividades e políticas de estágio, extensão e pesquisa na área da saúde para atuação junto às diversas comunidades dos municípios.	UEPA	Universidades Públicas potencializadas para atuação nas comunidades dos municípios do Estado.	UFPa. UFRA SESPA
Apoio ao reconhecimento e valorização das parteiras tradicionais.	SESPA	Parteiras tradicionais reconhecidas e valorizadas.	ALEPA CEDM Congresso Nacional CNS
Viabilizar a inserção das parteiras tradicionais na rede de saúde pública, com capacitação permanente, fornecimento de material e instrumental para cuidados com a saúde das populações menos favorecidas.	SESPA	Capacitação permanente.	Secretarias municipais de saúde.
Ampliar as equipes de Agentes Comunitários de Saúde.	Secretarias Municipais	Equipes de ACS ampliadas.	SESPA
Garantir um número mínimo de exames de DNA/mês para atender às situações que envolvam reconhecimento de paternidade.	TJE	Exames de DNA garantidos.	Hospital Betina Ferro-UFPa SESPA

Fortalecer a participação e o controle social na definição e implementação das políticas de atenção integral à saúde das mulheres, promovendo diálogos e democratizando os espaços de debate e deliberações.	Conselho Estadual de Saúde	Participação e o controle social na definição e implementação das políticas de atenção integral à saúde das mulheres, fortalecida.	SESPA Conselhos Municipais de Saúde CIPM/ SEJUDH
Agilizar o Atendimento do Tratamento Fora do Domicílio - TFD, com ampliação das discussões sobre sexualidade e gênero com maior atenção a comunidade do campo (ilhas e estradas), com articulação de CRAS e CREAS.	SESPA	Atendimento TFD agilizado.	Secretarias Municipais de Saúde Conselhos Municipais de Saúde CIPM/ SEJUDH

## **EIXO IV - ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DA CIDADE, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA**

**OBJETIVO GERAL:** Promover ações, na perspectiva de gênero, que promovam a prevenção, o atendimento e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres no Estado do Pará, contribuindo para sua erradicação, considerando as questões ético-raciais, geracionais, de orientação sexual e de deficiência, promovendo a inserção social, política, educacional, econômica e regional das mulheres vitimadas.

### **OBJETIVOS**

II. Contribuir para a garantia da implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e para a aplicabilidade da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);

III. Contribuir para a implementação do Plano Nacional e Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mormente no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas;

IV. Promover ações diversificadas, segundo a perspectiva de gênero, com impactos na sociedade, para promoção de mudanças culturais, desconstruindo mitos e preconceitos relacionados à violência contra as mulheres e cultivando o respeito à diversidade e à cultura da paz;

V. Promover os direitos humanos das mulheres encarceradas, combatendo qualquer violência a elas.

## PRIORIDADES

### 4.1. ENFRENTAR TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DA CIDADE, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA, CONSIDERANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS, GERACIONAIS, DE ORIENTAÇÃO SEXUAL E DE DEFICIÊNCIA.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Realizar campanhas preventivas, formativas e informativas, com elaboração e distribuição de materiais educativos, sobre a questão da violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, direitos humanos e outros afins, com publicização em cartilhas, CDs, DVDs, além de veiculação em rádios, televisão, jornais e carros volantes, em todos os municípios. E de acordo com a realidade local.	CIPM/ SEJUDH	Campanhas formativas e informativas realizadas.	CEDM PROPAZ SEEIPS Movimentos Sociais Órgãos do governo estadual e municipal
Garantir a inclusão de mulheres em situação de violência, na interface de políticas públicas, em programas sociais, de geração de emprego e renda, qualificação profissional, de habitação e educação, definindo-se cotas percentuais a elas, visando dar condições para superação da violência e promover o empoderamento das mesmas.	COHAB SEASTER SEDUC SESPA	Inclusão de mulheres em programas e projetos dentro das políticas públicas.	CIPM/ SEJUDH PROPAZ SEEIPS Movimento Social
Implementar a Ficha de Notificação Compulsória da Violência Doméstica e Sexual contra as Mulheres, nos serviços de saúde públicos e privados (Lei No. 10.778/2003).	SESPA	Ficha de Notificação Compulsória implementada nos serviços de saúde pública e privada.	CIPM/ SEJUDH Secretarias municipais de saúde MP Movimentos Sociais
Garantir nas unidades de atenção básica e serviços especializados de saúde procedimentos urgentes e cabíveis nos casos de violência sexual como a pílula de prevenção à gravidez, a profilaxia contra doenças sexualmente transmissíveis e atendimento humanizado.	Secretarias de Saúde Municipais	Garantindo nas unidades de atenção básica e serviços especializados de saúde procedimentos urgentes e cabíveis nos casos de violência sexual.	SESPA FMAP

Divulgar as centrais de denúncias, tais como: 180 (Central de Atendimento à Mulher), 181 (Disk violência local), 100 (Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes).	CIPM/ SEJUDH	Serviços discados de denúncias divulgados.	Secretarias de governo estadual e municipais Movimentos Sociais PROPAZ SEEIPS
Garantir no processo orçamentário (PPA, LDO e LOA) do Estado e dos municípios, recursos para implementar políticas públicas de combate à violência contra as mulheres.	ALEPA Câmaras Municipais	Recursos definidos nas três esferas para execução de políticas para as mulheres.	CIPM/ SEJUDH Casa Civil SEAD SEPLAN PROPAZ SEEIPS
Assegurar a implementação de ações de enfrentamento das desigualdades e violências, relativas às mulheres idosas, nos espaços públicos e privados.	Promotoria do Idoso / MP	Implementações de ações de enfrentamento das desigualdades e violências asseguradas.	CIPM/ SEJUDH SEASTER Polícia Civil Conselho Estadual do Idoso
Garantir políticas públicas no combate à discriminação e preconceito contra a mulher idosa, e atendimento especial e prioritário nos serviços quando vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.	Promotoria do Idoso / MP	Atendimento especial e prioritário nos serviços garantido.	Órgãos do governo estadual e municipais Conselho do Idoso Delegacia do Idoso
Fomentar a qualificação dos trabalhadores dos Centros de convivência dos/as idosos/as, dotando-os de equipe multidisciplinar.	SEASTER SEDUC	Garantida qualificação dos Trabalhadores dos Centros de Convivência para Idosos.	FUNPAPA SESMA Conselho Municipal do idoso
Incluir nos cursos de formação de policiais civis e militares e agentes prisionais, disciplinas relativas à violência contra a mulher, orientação sexual, diversidade sexual, identidade de gênero e raça/etnia.	SEGUP	Disciplinas incluídas nos cursos de formação dos profissionais da polícia e sistema prisional.	Polícia Civil SUSIPE IESP CIPM/ SEJUDH PROPAZ SEEIPS
Capacitar profissionais dos serviços socioeducativos para jovens em assuntos ligados a orientação sexual, identidade de gênero e combate a discriminação, violência contra LGBT's e raça/etnia.	FASEPA	Profissionais dos serviços socioeducativos capacitados.	CIPM/ SEJUDH FMAP

Garantir a expansão e implementação do Ligue 180 para maioria dos municípios paraenses.	CIPM/ SEJUDH	Ligue 180 expandido.	CIPM/ SEJUDH SPM/PR
Aprimorar, intensificar e descentralizar o atendimento das Unidades Móveis (ônibus e lanchas) do Programa Mulher Viver sem Violência para garantir o acesso nas áreas rurais (ilhas, estradas) e demais localidades (ribeirinhas, urbanas) adequando à realidade amazônica.	CIPM/ SEJUDH	Atendimentos das unidades movem aprimorados, intensificados e descentralizados.	CIPM/ SEJUDH SPM/PR
Garantir dotação orçamentária que assegure recursos financeiros e humanos para o pleno funcionamento da Secretaria Especial de políticas para as Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.	SEPLAN	Dotação orçamentaria garantida.	CIPM/ SEJUDH CEDM/ SEJUDH
Criar um sistema de dados sobre violência contra a mulher, ligadas às delegacias de polícia especializadas do estado.	CIPM/ SEJUDH	Sistema de dados criado.	CEDM/ SEJUDH SPM/PR
Criar um fundo emergencial para atendimento às mulheres e seus filhos em situação de violência	CIPM/ SEJUDH	Fundo emergencial criado.	CEDM/ SEJUDH SPM/PR
Priorizar a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais de moradia, bolsa família e inclusão produtiva.	SEASTER	Inserção de mulheres nos programas sociais priorizado.	CEDM/ SEJUDH SPM/PR
Que seja destinado % do PIB para implementação do Plano Nacional de políticas para as Mulheres.	SEPLAN	Atendimentos das unidades movem aprimorados, intensificados e descentralizados.	CEDM/ SEJUDH SPM/PR

#### 4.2. COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E MULHERES, GARANTINDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Combater a exploração sexual de crianças e adolescentes no meio urbano, rural e ribeirinho, em todo o Estado, realizando campanhas preventivas nas escolas.	SEJUDH	Exploração sexual de crianças e adolescentes combatida.	MP
	SEGUP		Polícia Civil Pol. Rodoviária SEDUC CREAS ONGs CIPM/ SEJUDH Rede Mun. de Ensino

Garantir e intensificar a fiscalização e controle nos rios, portos, rodoviárias e aeroportos, visando erradicar o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e meninas, em todas as regiões do Estado, assim como promover a responsabilização de agentes criminosos.	SEGUP	Fiscalização e controle nos rios, portos, rodoviárias e aeroportos, garantida e intensificada.	Polícia Rodoviária SEJUDH Marinha do Brasil INFRAERO
Sensibilizar e capacitar profissionais da rede para enfrentamento ao tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, com fins de exploração sexual.	SEJUDH	Profissionais da rede de atendimento dos serviços preparados para identificar e atender vítimas de tráfico e exploração sexual.	Polícia Civil CREAS ONGs PROPAZ SEEIPS
Garantir serviço de denuncia e atendimento multidisciplinar às mulheres, meninas e seus familiares vítimas do tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, em serviço especializado.	SEJUDH Fundação Pro Paz	Criação de serviços de apoio e/ou referência para atendimento multidisciplinar aos casos de mulheres em situação de exploração sexual.	CREAS / FUNPAPA ONGs
Garantir a implementação do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o divulgando por diversos meios à sociedade.	SEJUDH	Plano Estadual divulgado na sociedade.	SECOM PROPAZ SEEIPS CEDM ONGs Órgãos do governo estadual e municipal
Realizar diagnóstico anual nos municípios sobre o tráfico e a exploração de pessoas nas regiões do Estado, notadamente de mulheres e meninas, para a implantação e a implementação de políticas públicas.	SEJUDH	Diagnóstico anual nos municípios sobre o tráfico e a exploração de pessoas nas regiões do Estado, realizado.	MP SEGUP ONGs

#### 4.3. PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES ENCARCERADAS COMBATENDO QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a criação de Centros de Recuperação de caráter regional e/ou municipal, visando promover o direito da mulher encarcerada, com estrutura adequada e diferenciada, com berçário.	SUSIPE	Centros de Recuperação Feminino, de caráter regional e/ou municipal, garantidos.	SEGUP SEJUDH MP
Realizar mutirão judiciário nos Centros de Recuperação Femininos para agilidade nos processos e garantia de documentos civis.	SUSIPE	Mutirão judiciário nos Centros de Recuperação Feminino realizado.	TJE MP DP SEGUP PROPAZ SEEIPS Fundação Pro Paz
Promover ações de saúde, assistência, justiça, educação, profissionalização e cultura/lazer para as mulheres encarceradas.	SUSIPE	Ações promovidas às mulheres encarceradas.	SESPA SEDUC SEASTER SEJUDH SECULT SEEL
Readequação dos Centros de Recuperação Feminino, garantindo às mulheres convivência com filhos nascidos no período de cumprimento da pena, conforme determinação da Lei.	SUSIPE	Centros de Recuperação Feminino readequados.	MP SEPLAN Casa Civil
Criar um marco legal que assegure a inclusão no mercado de trabalho das egressas do sistema penal., através de programas de inclusão.	SUSIPE	Marco legal criado assegurando direitos às egressas do sistema penal.	ALEPA SEASTER TJE MP DP
Realizar campanhas de sensibilização para a reinserção social das egressas do sistema penal.	SUSIPE	Campanhas realizadas.	Órgãos do governo estadual e municipal Movimentos Sociais ONGs
Priorizar a inserção das mulheres em situação de Violência nos Programas sócias de moradia, bolsa família e inclusão produtiva.	SEASTER	Mulheres em situação de violência inseridas em Programas sociais	MDS SEASTER SERVIÇOS ESPECIALIZADOS Secretarias de Assistência Municipal

4.4. IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS E/OU PÓLOS REGIONAIS, COM QUALIDADE, EFICIÊNCIA, EFETIVIDADE E HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO, GARANTINDO ACESSIBILIDADE ÀS MULHERES PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Implantar e implementar serviços especializados para o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, priorizando municípios polos ou municípios com maior incidência de violência, com serviços como Delegacias, Centros de Referência, Varas/Juizados, Promotorias, Defensoria Pública e Casas-Abrigo, além de centros para responsabilização e educação de agressores, conforme prevê a Lei Maria da Penha (Art. 35 e 45).	SEPLAN Casa Civil Fundação Pro Paz	Serviços especializados para o atendimento à mulher em situação de violência implantados e implementados.	SEJUDH / CPDM PROPAZ SEEIPS SEASTER TJ MP DP Polícia Civil
Implantar e implementar atendimento especializado no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, às mulheres em situação de violência que necessitam de perícia, priorizando a demanda e humanizando o atendimento, ampliando para os polos regionais e/ou municípios o atendimento.	CPC RENATO CHAVES	Serviço Especializado criado, com local apropriado para atender à demanda e médicos legistas qualificados para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual.	SEGUP CIPM/ SEJUDH
Implantar e implementar o atendimento especializado em perícia nos hospitais regionais, nos municípios onde não há Centro de Perícia, com atendimento humanizado.	CPC Renato Chaves / SEGUP	Atendimento especializado em perícia nos hospitais regionais implantado e implementado.	SESPA
Ampliar e reestruturar as Delegacias de Polícia (especialmente as especializadas), criando dentro das delegacias convencionais setores especializados para o atendimento à Mulher, com infraestrutura adequada e recursos necessários (humano e material) com funcionamento 24h.	SEGUP	Delegacias ampliadas e/ou reestruturadas, possibilitando um atendimento especializado à mulher em situação de violência.	Casa Civil Polícia Civil



Implantar nas Delegacias de Mulheres, atendimento especial às mulheres deficientes, com acessibilidade, serviço de libras e braile, visando garantir acesso às informações.	SEGUP	Delegacias de Mulheres com atendimento especial às mulheres deficientes implantadas.	CIPM/ SEJUDH
Construir redes de serviços regionalizadas (intermunicipais), com o apoio do Estado, para garantir atendimento às mulheres em situação de violência em todas as microrregiões, fortalecendo ações intersetoriais.	CIPM/ SEJUDH	Redes de Serviços regionalizadas construídas.	Prefeituras SEGUP SEASTER SESPA MP TJ
Garantir serviços itinerantes para orientação e atendimento às mulheres em situação de violência, notadamente nas áreas ribeirinhas, do campo, das florestas e indígenas, considerando as especificidades da região	CIPM/ SEJUDH	Serviços itinerantes para orientação e atendimento às mulheres em situação de violência, garantidos.	SEGUP SEASTER SESPA MP TJ
Garantir que os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) realizem o atendimento das famílias em situação de violência doméstica e familiar, implantando nos municípios com porte para o serviço.	SEASTER	Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) com o atendimento das famílias em situação de violência doméstica e familiar garantido.	CIPM/ SEJUDH
Promover ações de formação continuada aos agentes institucionais que prestam atendimento às mulheres vitimadas nos serviços especializados ou não, de todas as áreas das políticas públicas, com vistas à humanização no atendimento, assegurando respeito, direitos e dignidade à mulher.	CIPM/ SEJUDH	Agentes profissionais dos diversos serviços públicos sensibilizados e qualificados para prestar atendimento humanizado às mulheres em situação de violência.	Órgãos do governo estadual e municipal
Criar um Sistema de Banco de Dados no Estado, visando quantificar e monitorar os casos de violência doméstica, familiar e sexual contra as mulheres.	PRODEPA Fundação Pro Paz	Banco de Dados criado no Estado.	CIPM/ SEJUDH SEGUP Polícia Civil

Fortalecer e articular os serviços especializados e a rede de atendimento à mulher em situação de violência, favorecendo a intersectorialidade, estabelecendo fluxos e criando protocolos entre as diversas áreas das políticas públicas.	CIPM/ SEJUDH	Serviços no estado funcionando em forma de Rede e com protocolos de atendimento entre as instituições	Órgãos do governo estadual e municipal
Favorecer condições ideais para que o Sistema de Justiça (Juizados e Varas criminais, Ministério Público e Defensoria Pública) possa garantir agilidade nos processos de crimes de violência contra as mulheres, responsabilizando os agressores, com ampliação do acesso a justiça e assistência jurídica gratuita às mulheres.	TJ/Pa	Favorecidas condições ideais para que o Sistema de Justiça possa ter agilidade nos processos de crimes de violência contra a mulher.	CNJ MP DP
Promover ações de divulgação dos serviços da rede existente nos municípios, especialmente quanto ao atendimento às mulheres em situação de violência, visando empoderar a população.	Prefeituras	Ações de divulgação de serviços promovidas	CIPM/ SEJUDH Conselhos Municipais da Mulher
Implantar Núcleos de discussão de gênero, raça e etnia em todas as secretarias, com ênfase na saúde e educação.	Prefeituras	Núcleos implantados	CIPM / SEJUDH Secretarias Municipais
Implantação e implementação da Casa da Mulher Brasileira Regionalizada.	SPM/PR	Casas implantadas e implementadas	CIPM/ SEJUDH CEDM Prefeituras Municipais
Criar Sistema de dados sobre Violência contra a Mulher.	PRODEPA Fundação Pro Paz	Sistema de dados criado	CIPM/ SEJUDH Serviços de Atendimento a Mulher

## **EIXO V - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO**

**OBJETIVO GERAL:** Promover ações que favoreçam o acesso e o fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão, garantindo uma participação igualitária, plural e multirracial.

### **OBJETIVOS**

I. Realizar eventos, em geral, que possibilitem mudança cultural, desconstruindo valores e atitudes que geram discriminações e violências contra as mulheres, promovendo relações igualitárias;

II. Estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos, nas instâncias parlamentares, nos cargos de decisão dos poderes constituídos, em todos os níveis e instâncias de poder e decisão, respeitando-se os recortes de raça/etnia;

III. Favorecer a inserção de mulheres em entidades associativas como em movimentos sociais, sindicatos, conselhos diversos, entre outras, possibilitando a participação em liderança política e ocupação de cargos;

IV. Estimular a participação e o controle social nas políticas públicas, possibilitando orçamentos (PPA, LDO, LOA) para a implantação e a implementação de políticas públicas.

## PRIORIDADES

5.1. SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A ATUAÇÃO DAS MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER COMO SINDICATOS, CENTROS COMUNITÁRIOS, PARTIDOS POLÍTICOS, ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ORGANIZAÇÕES.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Desenvolver ações formativas permanentes, em várias temáticas, que contribuam para o processo de formação continuada de mulheres, independente de qualquer condição, do ponto de vista teórico-prático, na perspectiva de preparação para debates e/ou inserção nos espaços de poder e decisão.	CEDM	Ações para o processo de formação das mulheres desenvolvidas.	CIPM/ SEJUDH Movimentos Sociais
Garantir a criação e manutenção de organismos municipais de políticas para as mulheres, com estrutura física e financeira, e a inserção de mulheres nessas instâncias.	Gestores Municipais	Criação de Organismos de Políticas garantida.	Secretarias municipais de orçamento e planejamento  CIPM/ SEJUDH
Divulgar instrumentos/normativas sobre políticas para as mulheres, nas diversas áreas, e em todas as instâncias da sociedade, incentivando o debate e o empoderando das mulheres sobre seus direitos.	CIPM/ SEJUDH	Instrumentos/normativas sobre políticas para às mulheres divulgados.	CEDM Órgãos do governo estadual e municipal Movimentos Sociais

Realizar campanhas de sensibilização para maior ingresso das mulheres em espaços de poder e decisão.	SEJUDH CEDM CIPM	Campanhas de sensibilização realizadas.	Movimentos Sociais  Órgãos públicos estaduais e municipais
Realizar capacitação continuada para as mulheres, com vistas à elaboração, execução e avaliação de projetos e leitura de indicadores sociais, qualificando a intervenção das mulheres no monitoramento das políticas públicas.	SEJUDH CEDM CIPM/ SEJUDH	Capacitação continuada realizada.	ONGs
Fortalecer as entidades e movimentos que trabalham com a defesa dos direitos da mulher, especialmente nos municípios.	CEDM	Entidades fortalecidas para o trabalho com a questão da mulher.	CIPM/ SEJUDH Movimentos Sociais
Estimular a participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão como partidos políticos, sindicatos, parlamento e executivo, as empoderando, com atenção às mulheres das comunidades tradicionais, das águas e da floresta.	CEDM	Participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão estimulada.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres para atuação no controle social sobre as políticas públicas	CEDM	Movimentos feministas fortalecidos	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Sensibilizar as mulheres sobre a importância de sua participação, garantindo em lei a efetiva paridade de seus direitos políticos, com 50% de participação das mulheres nos cargos de Gestão nas esferas de poder respeitando a diversidade.	CIPM/ SEJUDH	Mulheres sensibilizadas.	CEDM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Garantir Financiamento Público de campanha para participação das mulheres nas eleições nas três esferas - municipal, estadual e federal -, pelos diretórios partidários.	CEDM	Financiamento garantido	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Garantir paridade nas instâncias de Poder	CEDM	Paridade garantida.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Aperfeiçoar e Fortalecer os espaços de Democracia Participativa e Representativa.	CEDM	Espaços de democracia aperfeiçoados e fortalecidos.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais

Fortalecimento dos movimentos de mulheres garantindo capacitação através dos mecanismos de controle social, para atuar no controle dos recursos públicos igualitários e lutar pela sua transparência.	CEDM	Movimento de mulheres fortalecido.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Incluir na Lei 12034/2009 que dispõe sobre cotas para candidaturas, destinação de 10% para mulheres negras	CEDM	Cotas para mulheres negras incluídas.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais

## 5.2. FOMENTAR AS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER – CEDM.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Garantir a revisão da Lei No. 6.681, de 23 de agosto de 2004, publicando as alterações, visando contemplar as necessidades atuais do CEDM, criando um GT no âmbito do mesmo para tal.	CEDM	Revisão da Lei No. 6.681, de 23 de agosto de 2004, garantida.	CIPM/ SEJUDH  ALEPA
Garantir infraestrutura e a aplicabilidade do Fundo do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher / CEDM para potencializar sua missão e ações.	SEJUDH	Infraestrutura e aplicabilidade do fundo do CEDM garantidas.	SEPLAN
Realizar ações para estimular e articular a participação das conselheiras do CEDM em seminários, congressos e cursos de formação política para tomada de decisões e ocupação de espaços políticos.	CEDM	Ações para estimular e articular a participação das conselheiras do CEDM realizadas.	CIPM/ SEJUDH
Criar e fortalecer os Conselhos de controle social dos direitos das mulheres nos municípios, com orçamento, respeito a autonomia e aos processos de conferências enquanto espaços deliberativos de políticas às mulheres.	CEDM  CIPM  Gestores Municipais	Conselhos Municipais dos Direitos de Mulheres municipais criados e fortalecidos.	CIPM  Gestores Municipais
Garantir o funcionamento do Conselho Estadual e Municipais dos Direitos da Mulher com infraestrutura e com recursos para o financiamento de ações voltadas às políticas públicas.	SEJUDH Gestores Municipais	Conselhos municipais e estadual em funcionamento adequado.	SEPLAN

Potencializar, junto ao executivo municipal, discussões que favoreçam a elaboração e a aprovação de lei municipal para a criação de conselhos municipais dos direitos da Mulher, fortalecendo e incentivando as organizações de mulheres, dando ênfase à importância da presença das mulheres nos espaços de poder.	CIPM/ SEJUDH	Leis de Aprovação de Conselhos municipais criados.	Gestores Municipais Câmara de Vereadores
Apoiar a capacitação de lideranças dos movimentos de jovens feministas na promoção de políticas e ações voltadas aos direitos da mulher jovem.	CEDM	Capacitação de lideranças jovens apoiadas.	CIPM/ SEJUDH  Movimentos Sociais
Criar mecanismos de descentralização das reuniões do CEDM, periodicamente e por regiões, visando a articulação e o monitoramento das ações nos municípios, com publicidade quanto as Resoluções do mesmo.	CEDM	Mecanismos de descentralização das reuniões do CEDM criado.	SEJUDH
Garantir a participação ampla e regionalizada na formação e eleição do CEDM, divulgando nos meios de comunicações, em tempo hábil, o processo eleitoral em todas as suas fases, com a composição pelas 13 regionais.	CEDM	Participação ampla e regionalizada na formação e eleição do CEDM garantida.	SEJUDH  Movimentos Sociais
Estruturação dos Conselhos com dotação orçamentaria	SEPLAN	Conselhos estruturados	CEDM/ SEJUDH  Movimentos Sociais

### 5.3. FOMENTAR A PRESENÇA E A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Promover discussões com partidos políticos acerca da presença da mulher na política, garantindo as cotas e verbas que beneficiem as mulheres para sua inserção nos espaços de poder.	Partidos Políticos	Discussões com partidos políticos promovidas.	TRE
Criar comissões temáticas no Poder Legislativo sobre assuntos relacionados às políticas públicas para mulheres.	ALEPA	Comissões temáticas criadas	CIPM/ SEJUDH  CEDM

Possibilitar discussões com a Justiça Eleitoral e Partidos Políticos para garantir a aplicação das novas regras favoráveis à inclusão das mulheres nos espaços de poder político.	TRE	Discussões com a Justiça Eleitoral e Partidos Políticos possibilitadas.	Partidos políticos  CIPM/ SEJUDH
Incentivar nas esferas do poder público e da iniciativa privada, a indicação de mulheres para aos cargos de confiança / chefia, potencializando às mulheres espaços de poder e decisão.	CIPM/ SEJUDH	Esferas do poder público e iniciativa	Órgãos do governo estadual e municipal  Iniciativa privada
Estimular a criação de secretarias de mulheres nos partidos políticos e de Fóruns Municipais de Mulheres de Partidos Políticos.	CIPM/ SEJUDH	Criação de secretarias de mulheres nos partidos políticos e de Fóruns Municipais de Mulheres de Partidos Políticos, estimulada.	Partidos Políticos / Secretaria de Mulheres  CEDM
Garantir a plena aplicação da Lei 9.504/97, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população.	TJE	Plena aplicação da Lei 9.504/97 garantida.	Partidos Políticos  MP

**EIXO VI - DIREITO À TERRA, MORADIA DIGNA E INFRAESTRUTURA SOCIAL NOS MEIOS RURAL E URBANO, CONSIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E EXTRATIVISTAS, POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, ACAMPADAS, POVOS DE TERREIROS E DEMAIS GRUPOS, NA PERSPÉCTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

OBJETIVO GERAL: Promover os direitos das mulheres à vida com qualidade nas cidades, no meio rural, nas florestas, nas águas e nas comunidades tradicionais, respeitando as suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento no meio rural que valorize as práticas da agricultura familiar;
- II. Favorecer o protagonismo das mulheres da cidade, do campo, das águas e da floresta, na promoção do desenvolvimento sustentável;
- III. Promover políticas públicas de defesa da água e da terra com bens públicos e democráticos em seus usos, garantindo qualidade de vida à população;
- IV. Estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.

PRIORIDADES

6.1. GARANTIR NORMAS INTERNAS PARA FACILITAR A TITULAÇÃO E APOIO ÀS COMUNIDADES NEGRAS, RURAIS, REMANESCENTES DE QUILOMBOS E TERRAS INDÍGENAS.

AÇÃO	ÓRGÃO	PRODUTO	PARCEIROS
Fomentar a operacionalidade do INCRA e do ITERPA, a fim de ampliar e qualificar seus postos nos municípios e assim efetivar o acesso igualitário à terra e aos territórios das mulheres do campo, cidade, floresta e águas.	MDA	Operacionalidade do INCRA e ITERPA fomentada.	INCRA ITERPA
Implementar ações para a efetivação das reformas agrária e urbana, levando em consideração as diferentes formas de ocupação da terra (RESEX, assentamentos rurais, reservas marinhas, assentamentos urbanos, etc.).	INCRA	Ações para a efetivação das reformas agrária e urbana implementadas.	ITERPA MPOG/GRPU SEDOP



Garantir o acesso igualitário à terra por meio de programas de regularização fundiária associados a outras políticas públicas voltadas, em especial, para garantir a permanência das famílias em seus lotes, a produção familiar rural e o desenvolvimento sustentável.	INCRA	Acesso igualitário à terra garantido.	ITERPA MPOG/GRPU SEDOP
Agilizar os processos de demarcação e homologação, fiscalização contra invasão, regularização fundiária e consolidação dos assentamentos já existentes - terras das comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, de acordo com a política ambiental.	ITERPA INCRA	Processos agilizados.	MDA MPOG/GRPU SEDOP
Implementar a reforma agrária igualitária entre homens e mulheres tendo como base a agroecologia e soberania alimentar.	ITERPA	Reforma agrária estadual implementada com igualdade entre homens e mulheres.	INCRA
Promover o acesso das mulheres do campo, da cidade, da floresta e das águas à moradia digna (qualidade técnica, documentação regularizada, água potável, rede de esgoto e energia elétrica com tarifa social), com acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais que garantam a mobilidade e a acessibilidade.	COHAB	Acesso de mulheres à moradia digna promovida.	ITERPA SEDOP
Garantir programas habitacionais menos burocratizados, tendo as mulheres enquanto beneficiárias documentadas, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade, com respeito às especificidades dos povos e comunidades tradicionais (respeito aos costumes e hábitos).	COHAB	Programas habitacionais menos burocráticos garantidos.	BB CEF Secretarias Municipais de Habitação
Fortalecer e ampliar as casas familiares rural em todos os municípios do Estado do Pará	MDA	Casas familiares fortalecidas e ampliadas	INCRA ITERPA
Promover a demarcação das terras indígenas, quilombolas e regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais para efetivação da reforma agrária. Favorecendo um desenvolvimento sustentável, com justiça social de gênero, raça e etnia.	INCRA	Desenvolvimento sustentável favorecido	EMATER MDA PREFEITURAS
Demarcar as terras indígenas, quilombolas e regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais para efetivação da reforma agrária implementada nas três esferas de governo, favorecendo um desenvolvimento democrático e sustentável, com justiça social, de gênero, raça e etnia.	INCRA	Terras demarcadas	EMATER MDA PREFEITURAS

**6.2- POTENCIALIZAR AÇÕES DE GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E QUALIFICAÇÃO QUE FAVOREÇAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CONSIDERANDO PRÁTICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA AS MULHERES DO CAMPO, DA CIDADE, DA FLORESTA, DAS ÁGUAS E COMUNIDADES TRACIONAIS.**

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Potencializar, com financiamento, a cadeia produtiva de modo sustentável, ampliando a geração de trabalho e renda às mulheres, com ênfase para a produção agrícola familiar, artesanato agroextrativista, ATER, com atenção ao escoamento e mercado.	SETER	Cadeia produtiva de modo sustentável financiada	BASA BB EMATER SAGRI SEPAQ
Garantir acesso ao Pronaf - Mulher em linha de crédito especial, possibilitando a produção e a efetiva participação de mulheres, com menor burocratização na emissão da DAPs.	SETER	Acesso efetivo das mulheres à linha de crédito garantido.	MDA/AEGRE SPM BASA BB SEDAP
Garantir capacitação para as mulheres e assistência técnica qualificada em vista de ampliar o acesso às linhas de crédito.	EMATER	Mulheres capacitadas e assistência técnica garantida.	SEDAP
Desburocratizar o acesso ao PRONAF e criação de linhas de crédito para mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e comunidades tradicionais para todos os municípios.	MDA	Linhas de crédito acessadas.	MDA/AEGRE SPM BASA BB SEDAP
Efetivar cota específica nas políticas habitacionais estadual e municipal para as mulheres vivendo em situação de violência e criar mecanismos para sua autonomia financeira.	COHAB	Cota específica efetivada	Secretarias de Habitação Municipal
Incentivar a produção familiar (como melhoria de estradas e ramais, transporte e assistência técnica) e criação espaços de comercialização para escoamento da produção de mulheres Rurais e urbanas.	SEDOP	Produção familiar incentivada.	SEDAP MDA Secretarias de Trabalho e Emprego Municipais
Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do meio rural com ênfase na agroecologia.	SEDAP	Programas de capacitação ampliados e fortalecidos.	MDA Secretarias de Trabalho e Emprego Municipais Secretarias de Agricultura Municipal

6.3- FAVORECER A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA A INSERÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO, DA CIDADE, DA FLORESTA E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA VIDA SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO ESTADO.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Responsabilizar e punir as pessoas e/ou empresas que devastam as reservas nos assentamentos de reforma agrária.	MPU	Pessoas e empresas devastadoras responsabilizadas e punidas.	MP SEMAS
Garantir políticas de acesso à moradia e habitação para as mulheres urbanas e rurais.	COHAB	Mulheres com acesso às políticas de moradia e habitação.	SEDOP
Promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias.	SEASTER	Proteção social garantida.	SEJUDH
Criar e fomentar programas de sustentabilidade para os povos e comunidades tradicionais, viabilizando a formação das mulheres nas atividades implantadas, como: manejo florestal, aquicultura / piscicultura, reflorestamento de áreas degradadas, agroecologia e artesanato agroextrativista.	SEMAS	Programas de sustentabilidade criados e fomentados.	SEDAP SEASTER
Garantir que cerca de 30% da merenda escolar das escolas seja proveniente da agricultura familiar e cerca de 50% seja proveniente das atividades de produção alimentícias das associações de mulheres do campo, cidade, floresta e das águas.	SEDAP	Merenda escolar proveniente da agricultura familiar e associações de mulheres.	SEDUC Secretarias Municipais de Educação
Garantir o acesso das Mulheres ao Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR, desburocratizando o programa Minha Casa Minha Vida, com construções em locais apropriados, saudável e seguro com condições sociais, promovendo assim a moradia digna das mulheres.	COHAB	Acesso das mulheres garantido.	SEDOP

## **EIXO VII - CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA IGUALITÁRIAS, DEMOCRÁTICAS E NÃO DISCRIMINATÓRIAS**

**OBJETIVO GERAL:** Contribuir para a construção de uma cultura igualitária e democrática que atenda às trabalhadoras rurais, às pescadoras, as ribeirinhas, às quilombolas, às trabalhadoras urbanas, às afro-indígenas, às prostitutas, às lésbicas, às negras e às índias, promovendo o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e de conteúdo para todos os veículos de comunicação e mídia.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

II. Promover a visibilidade da contribuição cultural das mulheres por meio da divulgação de suas diferentes formas de expressão, ampliando também a presença das mesmas nos diferentes espaços de poder e decisão na mídia paraense;

III. Contribuir para elaboração de um sistema de comunicação no Estado do Pará que iniba a difusão de conteúdos discriminatórios relacionados a gênero, raça/etnia, orientação sexual, ampliando o controle social sobre esses assuntos;

IV- Contribuir para a elaboração de um marco legal que possibilite a efetivação do funcionamento das Rádios Comunitárias no Pará;

V- Contribuir para o resgate e valorização do patrimônio cultural das mulheres paraenses.

**PRIORIDADES**

**7.1. ESTIMULAR A PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONTEÚDOS NÃO DISCRIMINATÓRIOS E NÃO ESTEREOTIPADOS DAS MULHERES NOS DIVERSOS PROGRAMAS E ATIVIDADES CULTURAIS, VALORIZANDO AS DIMENSÕES DE RAÇA/ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E GERAÇÃO.**

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Combater os estereótipos de gênero, raça/etnia e geração na cultura e na comunicação e mídias, em diversas campanhas periódicas, por intermédio das atividades diretas e indiretas do estado.	FUNTELPA	Estereótipos de gênero, raça/etnia e geração combatidos.	SECULT/IAP

Ampliar os meios de comunicação na zona rural e comunidades tradicionais.	SECOM / ASCOM	Ampliação dos MCS na zona rural e comunidades tradicionais	SECULT FUNTELPA
Criar marco legal para tornar obrigatório, nos meios de comunicação, os temas transversais relativos às questões de gênero, classe, raça/etnia e orientação sexual.	SECOM	Marco legal criado	SECULT Casa Civil CIPM/ SEJUDH ALEPA
Realizar campanhas de enfrentamento à vulgarização da mulher na música e na mídia, criando mecanismos para erradicar estas práticas.	SECULT	Campanhas realizadas	SECOM FUNTELPA FCP CIPM/ SEJUDH
Desenvolver atividades culturais com grupos de idosas para resgate da identidade.	SECULT	Atividades culturais desenvolvidas	SECOM SEASTER
Contemplar nos editais a inclusão da produção das mulheres na cultura paraense, levando em conta a questão de gênero, classe, raça/etnia e orientação sexual.	SECULT	Editais para a inclusão das mulheres na cultura, contemplados.	SECOM FUNTELPA
Realizar cursos na área da comunicação e mídia para criação de site, vídeos, documentários, blogs, mídias alternativas, rádios comunitárias, com ênfase feminista, antirracista, anti homofóbica.	SECULT	Cursos realizados.	SECOM FUNTELPA

## 7.2. CONSTRUIR MECANISMOS DE PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL DIFERENCIADOS, ASSEGURANDO A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL, BEM COMO GARANTIR O ACESSO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE MÍDIA E COMUNICAÇÃO.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Realizar a implantação de 12 Pontões de Cultura Mulher para atender aos 144 municípios do Estado do Pará, com rubrica orçamentária e monitoramento para incentivo à cultura.	IAP/ SECULT	Implantação de 12 Pontões de Cultura Mulher realizados.	FUNTELPA SECOM Secretarias municipais de cultura

Criar centros de cultura específicos (rural e urbano) para mulheres, os quais proporcionem o lazer, a arte, a dança e outras expressões culturais, considerando a questão de gênero raça/etnia, geração e deficiência.	IAP/ SECULT	Centros de Cultura criados.	FUNTELPA SECOM FCP Secretarias municipais de cultura
Criação de um cinema móvel.	IAP/ SECULT	Cinema móvel criado.	FCP Órgãos do governo estadual e municipais
Garantir a obrigatoriedade de espaços midiáticos, incluindo infraestrutura e legalização para a implantação e fortalecimento de rádios comunitárias, visando a realização de programas de orientação e mobilização com temas transversais relativos às questões de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual e comunidades tradicionais de terreiro.	FUNTELPA	Obrigatoriedade de espaços midiáticos (rádios comunitárias) garantida.	ANATEL SECOM Secretarias municipais de cultura
Mapear e incentivar as referências culturais do estado, com ênfase nas manifestações, celebrações, modo de fazer e ofícios relacionados às mulheres.	IAP/ SECULT	Referências culturais do Estado mapeadas.	UFPa (Antropologia)
Tornar obrigatórios espaços de circulação cultural com infraestrutura adequada, voltados para a participação e produção cultural de mulheres jovens, negras, idosas, indígenas, ribeirinhas, com deficiência e de comunidades tradicionais.	IAP/ SECULT	Espaços de circulação cultural obrigatórios.	FCP Secretarias municipais de cultura
Contemplar nos editais de incentivo à cultura, a inclusão da produção cultural das mulheres, independente de qualquer condição, garantindo financiamento específico e condições de circulação e difusão, respeitando as especificidades regionais.	IAP/ SECULT	Editais de incentivo à cultura para inclusão da produção cultural de mulheres, contemplados.	FCP Secretarias municipais de cultura

## EIXO VIII - ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA

OBJETIVO GERAL: Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, assegurando a incorporação da perspectiva de raça/etnia e orientação sexual nas políticas direcionadas às mulheres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

I- Assegurar a efetivação dos marcos legais existentes quanto ao enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;

II- Possibilitar maiores e novos conhecimentos acerca da dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia, superando as desigualdades;

III- Desenvolver políticas contra o racismo institucional, discriminação contra as mulheres e outras formas de intolerância;

IV- Fortalecer os movimentos de mulheres e feministas para o enfrentamento ao racismo sexismo e lesbofia, com ações afirmativas e capacitação de lideranças.

PRIORIDADES

8.1- FORMULAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO, SEXISMO, LESBOFOBIA.

AÇÃO	ÓRGÃO	PRODUTO	PARCEIROS
Garantir a formação de professores e professoras da rede pública de ensino para o enfrentamento das discriminações pelo racismo, sexismo, lesbofobia e outras formas de intolerância e discriminação.	SEDUC	Formação de professores (as) garantida.	EGPA CEPIR/ SEJUDH  GLOS / SEJDUH  SEMEC  Movimento Social
Apoiar ações favoráveis ao fomento da cultura negra e contra a lesbofobia e o sexismo, criando espaços de diálogos com a comunidade em favor da democracia racial, da livre orientação sexual e igualdade de gênero.	DCDH	Ações apoiadas.	Coordenadoria do Programa Raízes
Incluir no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade da temática: “racismo, sexismo e lesbofobia”.	SEDUC	Temáticas incluídas no currículo.	Secretarias Municipais de Educação

Criar uma rede de enfrentamento a lesbo/homo/transfobia, com apoio de órgãos governamentais e sociedade civil organizada, para o combate e prevenção a homofobia.	GLOS / SEJUDH	Rede de enfrentamento a lesbo/homo/transfobia criada.	Órgãos governamentais estadual e municipais
Desenvolver cursos de capacitação que contemple as temáticas de direitos humanos, relações de gênero, raça e etnia, orientação sexual e questão geracional, junto a servidores (as) dos poderes executivos, legislativo e judiciário e membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e conselhos Municipais da mulher.	SEDUC SEJUDH	Cursos de capacitação desenvolvidos.	Secretarias Municipais de Educação
Estimular a criação e fortalecer os núcleos de estudos de gênero já existente nas universidades públicas e privadas.	CIPM/ SEJUDH	Núcleos de estudo de gênero criados e fortalecidos.	UEPA UFGA UNIVERSIDADES PARTICULARES

## 8.2- IMPLANTAR E IMPLEMENTAR MARCOS LEGAIS PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS, LEVANDO EM CONTA AS DIMENSÕES RAÇA/ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E GÊNERO.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Assegurar o cumprimento da Lei de Cotas onde já exista, com ampliação para processos de seleções em IES e empregos públicos e privados.	MP	Cumprimento da lei de Cotas assegurado.	CPR / SEJUDH  CEDENPA
Garantir a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei No. 12.28) e outras leis relativas aos direitos da população negra.	CPF / SEJUDH	Implementação do Estatuto da Igualdade Racial garantido.	MP CEDENPA
Garantir que a Lei de Cota seja extensiva à UEPA, visando o acesso da população negra ao ensino superior gratuito.	UEPA	Lei de Cota garantida na UEPA.	MEC  Conselho Estadual de Educação
Garantir a punição contra o trabalho infantil doméstico de negros (as), e outras violências sofridas, decorrente deste.	TJ/ Vara da Infância	Punição contra o trabalho infantil doméstico garantida.	MP / Promotoria da Infância e Juventude



### 8.3- FORTALECER OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMOS SEXISMO, LESBOFIA, COM AÇÕES AFIRMATIVAS.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Apoiar a capacitação dos movimentos sociais na promoção de políticas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia, com ações afirmativas.	CEDM	Capacitação de movimentos sociais apoiada.	CIPM / SEJUDH
Promover a capacitação técnico-científica às mulheres negras, as empoderando.	CEDM	Capacitação técnico-científica às mulheres negras, promovidas.	CPR / SEJUDH UEPA EGPA UFPa. Movimentos Negros
Possibilitar a criação de um Fundo de apoio às organizações da sociedade civil devidamente legalizadas (Mulheres Negras, Afro religiosas e Quilombolas) para que possam exercer protagonismo e fortalecer o empreendedorismo da população negra e a economia solidária.	CPR / SEJUDH	Possibilitada a criação de um Fundo de apoio às organizações da sociedade civil devidamente legalizada.	CEDENPA Movimentos Negros
Elaborar materiais didáticos para capacitação em temas a respeito das questões de gênero Direitos das Mulheres e meio ambiente.	CIPM/ SEJUDH  CEDM/ SEJUDH	Materiais didáticos elaborados.	SECOM

## EIXO IX - GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO GERAL: Implementar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de forma eficiente, eficaz e efetiva com transparência das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal, sob a condução de organismos de políticas para as mulheres.

### OBJETIVOS

- I. Possibilitar uma gestão compartilhada e transversal do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres na administração das esferas de poder governamental, incentivando a implantação e a implementação de Planos Municipais, na perspectiva de gênero e raça/etnia, através de organismos de políticas para as mulheres;
- II. Ampliar o conhecimento sobre a situação das mulheres na sociedade paraense e das políticas públicas de gênero;
- III. Estimular o controle social da implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;
- IV. Criar um sistema de acompanhamento (monitoramento e avaliação) do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres;

### PRIORIDADES

9.1- CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NOS TEMAS DE DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÃO GERACIONAL.

AÇÃO	ÓRGÃO	PRODUTO	PARCEIROS
Desenvolver cursos de capacitação que contemplem as temáticas de direitos humanos, relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual e questão geracional, junto a servidores (as) dos poderes executivo, legislativo e judiciário e membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.	CIPM/ SEJUDH	Cursos de Capacitação para agentes públicos realizados.	CEDM ALEPA EGPA TJE
Elaborar materiais didáticos para capacitação em temas a respeito das questões de gênero, direitos das mulheres e meio ambiente.	CIPM / SEJUDH  Fundação Pro Paz	Materiais elaborados.	CEDM SEDUC ONGs IES

9.2- PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS, ESTUDOS E PESQUISAS QUE TRATEM DAS TEMÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS, RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÃO GERAACIONAL .

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Construir um sistema estadual de dados sobre temas relacionados à questão da mulher, especialmente sobre a violência.	PRODEPA Fundação Pro Paz	Sistema construído	CEDM/ SEJUDH CIPM
Estimular a criação e fortalecer os núcleos de estudos/pesquisa de gênero já existentes nas universidades públicas e privadas.	CIPM/ SEJUDH	Criação e fortalecimento de núcleos de estudos/pesquisa de gênero estimulados.	UFPa./GEPEM UEPA CEDM
Criar “serviços de Ouvidoria” nos municípios para reclamações, informações e denúncias referentes às políticas para as mulheres.	CIPM/ SEJUDH	“serviços de Ouvidoria” nos municípios criados.	Organismos de Políticas para as Mulheres CEDM Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher
Produzir e distribuir materiais informativos / educativos, sobre diversos assuntos e linguagem de gênero, disseminando informações e orientações ao público.	CIPM/ SEJUDH	Materiais informativos / educativos, sobre diversos assuntos e linguagem de gênero, produzidos e distribuídos.	Organismos de Políticas para as Mulheres CEDM Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher
Incentivar a produção diagnósticos sobre a realidade social, econômica e política das mulheres, visando a implantação e a implementação de políticas nos municípios, através de Planos Municipais de Políticas para as Mulheres.	CIPM/ SEJUDH Fundação Pro Paz	Produção de diagnósticos sobre a realidade social, econômica e política das mulheres incentivada.	Organismos de Políticas para as Mulheres Prefeituras Municipais

### 9.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO ESTADO, SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO, GARANTINDO O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
<p>Criar a Secretaria Estadual de Política para as Mulheres para melhor viabilização às políticas públicas dirigidas às mulheres no Estado, com viabilização do Plano Estadual de Políticas, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência e da Lei Maria da Penha.</p>	ALEPA	Criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres.	<p>CASA CIVIL</p> <p>CIPM/ SEJUDH</p> <p>SEAD</p> <p>SEPLAN</p>
<p>Potencializar nos municípios a criação de organismos de políticas para as mulheres para a implementação do Plano Estadual, através de Planos Municipais de Políticas para as Mulheres.</p>	CIPM/ SEJUDH	Criação de organismos de políticas para as mulheres nos municípios potencializados.	<p>Prefeituras Municipais</p> <p>Câmaras Municipais</p>
<p>Composição e Aprovação do Comitê de Gestão, Monitoramento e Aprovação do I PEPM, com legalidade.</p>	CIPM/ SEJUDH	Comitê composto e aprovado.	<p>MP</p> <p>CEDM</p> <p>Conselhos Municipais</p> <p>Movimentos Sociais</p> <p>Secretarias de Governo</p>
<p>Criar um portal de gênero do CEDM com informações sobre ações e metas do I PEPM.</p>	CEDM	Criado o portal de gênero do CEDM.	<p>CIPM / SEJUDH</p> <p>PRODEPA</p>
<p>Incentivar a adesão em instituições públicas e privadas ao Programa Pro Equidade de Gênero.</p>	CIPM / SEJUDH	Adesão ao Programa Pro Equidade de Gênero incentivada.	<p>CEDM</p> <p>Organismos de Políticas para as Mulheres</p> <p>Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher</p>

#### 9.4. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO

<b>AÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>PARCEIROS</b>
Orçar recursos nas secretarias de governo para implementação das ações do I PEPM	SEPLAN	Recursos orçados	Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Finanças
Incluir no processo orçamentário (PPA, LDO e LOA) do Estado e dos municípios recursos para ações do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	SEPLAN	Incluído no processo orçamentário (PPA, LDO e LOA) do Estado e dos municípios recursos para ações do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	Casa Civil ALEPA Fundação Pro Paz
Garantir a participação efetiva das mulheres no Plano Diretor Participativo, a fim de mobilizar inclusão de demandas e orçamentos para a implementação de políticas públicas às mulheres	Prefeituras	Participação efetiva das mulheres no Plano Diretor Participativo garantida	Organismos de Políticas para as Mulheres Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher
Garantir a participação efetiva das mulheres no processo de elaboração das leis orçamentárias e definição de orçamentos para as políticas públicas	Câmaras Municipais	Participação efetiva das mulheres no processo de elaboração das leis orçamentárias, garantida	ALEPA Casa Civil SEPLAN Secretarias de Finanças Municipais CIPM / SEJUDH Organismos de Políticas para as Mulheres Fundação Pro Paz

### **PARTE III - ANEXOS**

#### **ANEXO A - GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

AEGRE / MDA – Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário.  
ACS – Agentes Comunitários de Saúde  
ADEPARÁ – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará  
ALEPA – Assembléia Legislativa do Estado do Pará  
ALBRÁS – Alumínio Brasileiro S.A.  
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.  
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações  
ARCAFAR - Associação Regional das Casas Familiares Rurais  
ATER / MDA – Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATES / INCRA – Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
BASA - Banco da Amazônia  
BB - Banco do Brasil  
CAF - Cirurgia de Alta Frequência  
CEDM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher  
CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
CNS - Conselho Nacional de Saúde  
COHAB - Companhia de Habitação do Estado do Pará  
CPC Renato Chaves - Centro de Perícias Científicas Renato Chaves  
CIPM - Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres  
CPR - Coordenadoria do Programa Raízes  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DG/Polícia Civil do Estado - Delegacia Geral  
DP - Defensoria Pública do Estado do Pará  
EGPA - Escola de Governança do Estado do Pará  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará  
FASEPA – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará  
FCP - Fundação Cultural do Pará  
FMAP - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense  
FPP - Fundação Pro Paz

FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNPAPA – Fundação papa João XXIII  
FUNTELEPA – Fundação de Telecomunicação do Pará  
GLOS – Gerencia da Livre Orientação Sexual  
GEPEM / UFPa. – Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes  
GEMPAC - Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará  
GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transvestis  
GRPU /MPOG - Gerência Regional do Patrimônio da União  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IESP - Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará  
INCA - Instituto Nacional do Câncer  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
ITERPA - Instituto de Terras do Pará  
LANCEM - Laboratório Central do Pará  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC - Ministério da Educação  
MP - Ministério Público do Estado  
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MPU - Ministério Público da União  
MS - Ministério da Saúde  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PEPM - Plano Estadual de Políticas para as Mulheres  
PGE – Procuradoria Geral da União  
PLANTEQ / MTE - Plano Territorial de Qualificação  
PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres  
PPA - Plano Plurianual  
PIIGRE /MDA - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia  
PRODEPA - Empresa de Processamento de Dados do Estado do Pará  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas  
SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação  
SECULT - Secretaria de Estado de Cultura  
SEAD – Secretaria de Estado de Administração

SEASTER - Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda  
SEDAP - Secretaria de estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca  
SEDOP - Secretaria de estado de desenvolvimento Urbano e Obras Públicas  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação  
SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer  
SEEIPS - Secretaria Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais  
SEFA- Secretaria Executiva de Fazenda do Estado do Pará  
SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública  
SEJUDH - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos  
SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade  
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento  
SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública  
SPM /PR - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República  
SINE - Sistema Nacional de Emprego  
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego  
SUSIPE - Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TJ - Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
TRE - Tribunal Regional Eleitoral  
UBM - União Brasileira de Mulheres  
UEPA - Universidade do Estado do Pará  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
VALE - Companhia Vale

## **ANEXO B RELAÇÃO DE CONTATOS ÚTEIS**

### **1.ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

**NACIONAL:**  
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR  
Fatima Lucia Pelaes  
(61) 3313.7101  
E-mail: fatima.pelaes@spm.gov.br

**ESTADUAL:**  
Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres  
Maria Tavares da Trindade  
(91) 40092718 - 2715  
E-mail: coordenadoriadamulherpara@gmail.com

### **MUNICIPAIS:**

**COORDENADORIA DA MULHER - BELÉM/ PA**  
NOEME BARBOSA  
Telefone: (91) 3421-0331  
Endereço: Mercado de Carne Francisco Bolonha, Travessa Boulevard, S/N, Sala 27, Altos, Bairro do Comércio. Belém/PA  
CEP: 66.013-040  
E-mail: coordenadoriadamulherdebelem@hotmail.com

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - ANAJÁS/ PA**  
Telefone: (91) 3605-1125  
Endereço: Rua Antonio Cardoso, 746, Prainha. Anajás/PA CEP: 68.810-100

**COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER - ANANINDEUA/ PA**  
VIVIANE RIBEIRO  
Telefone: (91) 3073-2142/  
987091798/981678683  
Endereço: Rua Julia Cordeiro, 67 Ananindeua/PA CEP: 67.010-000  
E-mail: vivianyribeiro@bol.com.br

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - BARCARENA / PA**  
TANIA DE JESUS  
Telefone: 091-8191-3064  
Endereço: Rua Capitão Tomas Ferrão, 854. 2º andar. Nazaré. Barcarena/PA.  
CEP: 68.445-000  
E-mail: ttaniajesus@hotmail.com

**COORDENARIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER - BRAGANÇA / PA**  
Telefone: 91-99614493  
Endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1750. Altos Banco do Brasil. Centro. Bragança/PA. CEP: 68.600-000  
E-mail: coordenadoriabraganca@gmail.com

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - BREVES/ PA**  
ZILANDA BORGES

Telefone: (91) 91822774  
Endereço: Travessa Castilho França, nº  
826. Centro - Breves/ PA. CEP: 68.800-  
000  
E-mail: zilandaborges@hotmail.com

DEPARTAMENTO DA MULHER - DIR -  
ITUPIRANGA/ PA  
MARIA DURCIRENE DA SILVA COSTA  
Telefone: (94) 99135-9276  
Endereço: Av. 14 de Julho, 32. Itupiranga/  
PA. CEP: 68.580-970  
E-mail: durcirene@gmail.com

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA AS MULHERES -  
JACUNDÁ/ PA  
ELIANE PINHEIRO  
Telefone: (94) 33451405/94 - 992007090  
Endereço: Rua Pinto e Silva nº 186. Centro  
Administrativo. Jacundá/ Pará. CEP:  
68.590-000  
E-mail: elianecfc@hotmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER -  
PARAUAPEBAS/ PA  
CIMEIRE SILVA DA SILVA  
Telefone: (94) 3356-0773/  
Endereço: Morro dos Ventos, Qd. Especial  
s/n. Beira Rio II. 68515-000 Parauapebas/  
PA CEP: 68.515-000  
E-mail: cimeire.silva@parauapebas.pa.gov.br

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA AS  
MULHERES - TUCURUÍ/ PA  
MARILENE DO SOCORRO POMPEU  
PESSOA CUNHA  
Telefone: (94) 3787-9569/94 - 981842244  
Endereço: Trav. Raimundo Ribeiro de  
Souza, 01. Santa Isabel - Tucuruí/PA. CEP.:  
68.456-180  
E-mail: mari2012pompeu@hotmail.com/  
cmmtuc@pmt.pa.gov.br

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA  
AS MULHERES - PONTA DE PEDRAS/PA  
ELIZANA DE LIMA ARAÚJO  
Endereço: Praça Princesa Izabel S/N  
- Ponta de Pedras - Pará - CEP: 68.830-  
000  
Telefone: (91) 98419-7464  
E-mail: elireponta@hotmail.com

COORDENADORIA DE POLITICAS PARA  
MULHERES DE AUGUSTO CORREA  
MARILEIDES DOS SANTOS REIS  
Telefone: 91 -9 88813099  
E-mail: mary.reis1@hotmail.com

ASSESSORIA DE POLÍTICAS PARA AS  
MULHERES - SANTARÉM  
RAQUEL DE VASCONCELOS DE  
SANTANA  
Endereço: Av Sérgio Henn, 838 - Cidade/  
UF: Santarém- Pa CEP:68.020-250  
Telefone: 93- 999754243  
E-mail:semtras@yahoo.com/ rakellr@  
hotmail.com

2. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE  
ATENDIMENTO A MULHER EM SITUAÇÃO  
DE VIOLENCIA

PROPAZ MULHER INTEGRADO - BELÉM  
Endereço: Trav. Mauriti, 2393 - entre Trav.  
Duque de Caxias e Trav. Romulo Maiorana  
- Cep: 66095-740 - Belém  
Telefone: (91) 32464862

PRO PAZ MULHER INTEGRADO  
SANTARÉM / DEAM  
Endereço: Avenida Sérgio Henn, nº 70,  
Bairro: Inventoria. Santarém - PA

PRO PAZ MULHER INTEGRADO  
ALTAMIRA / DEAM  
Endereço: Rua Curitiba, Bairro Jardim  
Uirapuru,

PRO PAZ MULHER INTEGRADO  
TUCURUÍ/ DEAM  
Endereço: Rua São Paulo, S/N, Bairro: Bela  
Vista, ao lado da Creche Menino Deus,  
atrás do Detran

PRO PAZ MULHER INTEGRADO  
BRAGANÇA / DEAM  
Endereço: Rua Martins Pinheiro, S/N,  
esquina com a Duque de Caxias, Bairro:  
Alegre.  
E-mail: propaz.braganca@policiacivil.  
pa.gov.br

PRO PAZ MULHER INTEGRADO  
PARAGOMINAS / DEAM  
Endereço: Rua Industrial, S/N, Bairro  
Jardim Bela Vista, ao lado do Quartel.  
Telefone: (91) 3729-1068



CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (CRAM) - ANANINDEUA  
Endereço: Conjunto Cidade Nova 8 - Estrada da Providência s/nº entre Travessas WE 30 e 33 - Bairro: Coqueiro - Referência: Praça do Complexo Cidade Nova 8 Cep: 67015-000 - Ananindeua

Telefone: (91)3263-5969  
E-mail: centromariadopara.ananindeua@gmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER (CREAM) - ABAETETUBA  
Endereço: Estrada do Beja Km 01, s/nº - Bairro: Cristo Redentor - Referência: Ao Lado do Centro de Atendimento Psicossocial Cep: 68440-000  
Telefone: (91)3751-3767  
E-mail: crmp\_abaetetuba@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM) - BREVES  
Endereço: Avenida Melgaço, nº 283 - Bairro: Cidade Nova I  
Cep: 68800-000 - Breves  
E-mail: zilandaborges@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM) - JACUNDÁ  
Endereço: Rua Jatobal, nº 106 - Bairro: Palmares - Cep: 68590-000  
Telefone: (94)3345-1312  
E-mail: nuccia.nunes@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER (CRAM) - XINGUARA  
Endereço: Rua Pedro Álvares Cabral, nº 10 - Bairro: Setor Selecta Cep: 68555-000  
Telefone: (93)9135-3542  
E-mail: mariaparaxinguara@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - SANTARÉM  
Endereço: Rua Magnólia, s/nº - Bairro: Aeroporto Velho Cep: 68020-250  
Telefone: (93)2101-5145  
E-mail: crmta.stm@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - ITAITUBA  
Endereço: 9ª Rua da Cidade Alta nº 420 -

Bairro : Bela Vista - Referência: entre a 13 de Maio e Lauro Sodré - Cep: 68181-130  
E-mail: ms.lidialove@hotmail.com

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO À MULHER - PARAUAPEBAS  
Endereço: Rua 14, nº 204 - Bairro : União - Referência: Ao lado da Casa da Bíblia - Cep: 68515-000  
Telefone: (94)3346-5982  
E-mail: cimeire.silva@parauapebas.pa.gov.br  
3. DIVISÃO ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM

DEAM ABAETETUBA  
ENDEREÇO: RUA PEDRO PINHEIRO PAES, Nº 226, PRÓXIMO À RUA SIQUEIRA MENDES. BAIRRO CENTRO. CEP: 68.440-000  
TELEFONE: (91) 3751-5110  
E-MAIL: abaetetubadeam@policiacivil.pa.gov.br

DEAM BARCARENA  
ENDEREÇO: RUA CRONGE DE OLIVEIRA, S/N. BAIRRO BEIRA RIO. BARCARENA-PA. CEP: 68.445-000

DEAM ALTAMIRA -  
ENDEREÇO: RUA CURITIBA, S/N. BAIRRO JARDIM DOS ESTADOS. ALTAMIRA-PA. CEP: 68.372-020  
TELEFONE: (93) 3515-5422  
E-MAIL: deamaltamira@policiacivil.pa.gov.br

DEAM BRAGANÇA / PRO PAZ INTEGRADO -  
ENDEREÇO: RUA MARTINS PINHEIRO, S/N, BAIRRO ALEGRE. BRAGANÇA-PA. CEP: 66.600-000  
E-MAIL: propaz.braganca@policiacivil.pa.gov.br

DEAM CAPANEMA -  
ENDEREÇO: TRAV. PROJETADA E5, Nº 48, PRÓXIMO À PONTE SOBRE O RIO OURICURI. BAIRRO IGREJINHA. CAPANEMA-PA. CEP: 68.700-000

PRO PAZ MULHER INTEGRADO BREVES / DEAM  
ENDEREÇO: RUA ANGELO FERNANDES BREVES, S/N. BAIRRO AEROPORTO. BREVES-PA. CEP: 68.800-000  
TELEFONE: (91) 3783-4200  
E-MAIL: deam.breves@policiacivil.pa.gov.br

DEAM SOURE -  
ENDEREÇO: RUA DA MATRIZ, S/N.  
BAIRRO CENTRO. SOURE-PA. CEP:  
68.870-000  
TELEFONE: (91) 3741-1350  
E-MAIL: soure@policiacivil.pa.gov.br

DEAM CASTANHAL -  
ENDEREÇO: RUA 1º MAIO, Nº 1.376.  
BAIRRO CENTRO. CASTANHAL-PA. CEP:  
68.740-000  
TELEFONE: (91) 3712-3928  
E-MAIL: castanhhal.deam@policiacivil.  
pa.gov.br

DEAM ITAITUBA -  
ENDEREÇO: RODOVIA  
TRANSAMAZÔNICA ESQUINA COM RUA  
PAULO MARANHÃO. ITAITUBA-PA. CEP:  
68.181-270  
TELEFONE: (93) 3518-7091  
E-MAIL: deamitaituba@policiacivil.pa.gov.br

DEAM MARABÁ -  
ENDEREÇO: FOLHA 10. BAIRRO NOVA  
MARABÁ. MARABÁ-PA.  
TELEFONE: (94) 3321-4800  
E-MAIL: maraba.deam@policiacivil.pa.gov.br

DEAM PARAGOMINAS -  
ENDEREÇO: AV. DAS INDÚSTRIAS, RUA  
DO QUARTEL, S/N. BAIRRO CIDADE  
NOVA. PARAGOMINAS-PA. CEP: 68.625-  
000  
TELEFONE: (91) 3729-1068  
E-MAIL: deamparagominas@policiacivil.  
pa.gov.br

DEAM PARAUPEBAS -  
ENDEREÇO: AV. PORTUGAL I, S/N,  
MÓDULO II. BAIRRO CIDADE NOVA.  
PARAUPEBAS-PA. CEP: 68.515-000  
TELEFONE: (94) 3346-6444  
E-MAIL: parauapebas.deam@policiacivil.  
pa.gov.br

DEAM REDENÇÃO -  
ENDEREÇO: AV. ARAGUAIA, 1500, AO  
LADO DO POSTO DE SAÚDE. BAIRRO  
JARDIM CUMARU. REDENÇÃO-PA. CEP:  
68.550-250  
TELEFONE: (94) 3424-8566  
E-MAIL: deamredencao@policiacivil.  
pa.gov.br

DEAM SANTARÉM / PRO PAZ  
INTEGRADO -  
ENDEREÇO: AV. SERGIO HENN, S/N.  
BAIRRO INTERVENTÓRIA. SANTARÉM-  
PA. CEP: 68.020-250  
TELEFONE: (93) 3522-2132  
E-MAIL: propaz.santarem@policiacivil.  
pa.gov.br

DEAM TUCURUÍ / PRO PAZ INTEGRADO -  
ENDEREÇO: RUA RAIMUNDO VERIDIANO  
CARDOSO, S/N. BAIRRO SANTA MÔNICA.  
TUCURUÍ-PA. CEP: 68.456-760  
TELEFONE: (94) 3787-3340  
E-MAIL: tucurui.deam@policiacivil.pa.gov.br



CANAIS DE DENÚNCIAS



Secretaria de  
**Justiça e Direitos  
Humanos**



**GOVERNO DO  
PARÁ**

[www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)